

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

**Área Temática: Reforma Agrária
Período de Análise: 01/07/2012 a 31/07/2012**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT

Índice

Problemática agrária brasileira é tema de debate. Maria do Carmo de Andrade Lima - Site da Contag. 29/06/2012	4
Terra Legal entrega títulos urbanos no norte do Tocantins – Site do MDA. 02/07/2012.....	5
Projeto que libera compra de terras para estrangeiros pode ser segundo Código. Guilherme Almeida – Site do MST. 02/07/2012	6
Vídeo: servidores do Inca e MDA denunciam paralisia da Reforma Agrária – Site do MST. 02/07/2012	6
Proposta do Inca de compensação ambiental foi aprovada pela Sedam e vai possibilitar a regularização de assentamentos de Rondônia e criação de novos – Site do INCRA. 03/07/2012	7
Superintendentes discutem execução orçamentária e diretrizes do Planejamento Estratégico do Inca – Site do INCRA. 05/07/2012	8
Valmir Assunção: consolidar agricultura familiar é fazer Reforma Agrária. <i>Valmir Assunção</i> – Site do MST. 05/07/2012	8
Projetos de colonização do Inca são responsáveis pelo desmatamento – Site do MST. 06/07/2012	9
Assentados destroem mata no Pará. Carlos Mendes – O Estado de São Paulo. 06/07/2012	11
Nota oficial em resposta a Rede Globo – Site do INCRA. 06/07/2012	12
Funai tem 10 dias para definir retirada em MT – Folha de São Paulo, Poder. 07/07/2012.....	13
INCRA nega acusação de que colabora com desmate – O Estado de São Paulo. 07/07/2012	14
Presos 22 sem terra em Ariquemes – Site da CPT. 09/07/2012	15
Mais recursos são aprovados para garantir sustentabilidade da Educação do Campo. Maria do Carmo de Andrade Lima – Site da Contag. 10/07/2012	15
Nota da ABRA repudia reportagem do Jornal Nacional – Site da Contag. 11/07/2012.....	16
Movimento Sem Terra realiza Encontro de Educadores da Reforma Agrária – Site do MST. 16/07/2012	16
XI Jornada de Agroecologia – Site do INCRA. 17/07/2012	17
As mentiras paraguaias das elites brasileiras. João Pedro Stédile – Folha de São Paulo, Opinião. 17/07/2012	18
Pepe Vargas debate a questão dos assentamentos com governador de Rondônia – Site do MDA. 18/07/2012.....	20
Jornada da Agroecologia cobra Reforma Agrária e avanços nas políticas públicas. Ednubia Ghisi – Site do MST. 19/07/2012.....	21
Governo anuncia troca do presidente do Inca. Kelly Matos – Folha de São Paulo, Poder. 20/07/2012	23
Economista assume presidência do Inca. Bruno Peres – Valor Econômico. 20/07/2012	24

Contag exige avanços na Reforma Agrária – Site da Contag. 20/07/2012.....	24
Ministério Público de Goiás entra com ação contra curso de Direito para assentados da reforma agrária – Site da CPT. 20/07/2012	25
Governo faz mudança para diminuir pressões do Incra. Roldão Arruda – O Estado de São Paulo, Política. 20/07/2012.....	25
Censo 2006 e a Reforma Agrária é lançado durante congresso da Sober – Site do MDA. 23/07/2012	26
Reforma Agrária: A reforma do homem, antes da reforma dos resultados. João Vicente Goulart – Site do MST. 23/07/2012.....	28
Guedes assume o Incra e o desafio de integrar a reforma agrária com políticas do governo – Site do MDA. 24/07/2012	30
Mudança no Incra reacende luta interna no PT. Caio Junqueira e Tarso Veloso – Valor Econômico. 24/07/2012.....	31
Cadê a Reforma Agrária? <i>João Pedro Stedile</i> – Site do MST. 24/07/2012.....	32
Violações de direitos humanos no Quilombo Rio dos Macacos são denunciadas aos Organismos Internacionais – Site da CPT. 25/07/2012	34
Guedes assume o Incra e o desafio de integrar a reforma agrária com políticas do governo – Site do INCRA. 25/07/2012	35
Pepe Vargas nega ter favorecido corrente do PT em nomeação para o Incra. Tarso Veloso e Caio Junqueira – Valor Econômico. 25/07/2012	36
Stedile: Três projetos estão em disputa para a América Latina – Site do MST. 26/07/2012	37
Terra Legal entrega mais de 1,2 mil títulos na Amazônia – Site do MDA. 27/07/2012	40
MDA e CDN simplificam processo de titulação de terra em faixa de fronteira – Site do MDA. 30/07/2012.....	47

Problemática agrária brasileira é tema de debate. Maria do Carmo de Andrade Lima - Site da Contag. 29/06/2012

A CONTAG participou na manhã dessa sexta (29) como expositora da mesa de debate sobre “Estado atual e perspectivas da reforma agrária e da política agrária”, coordenada por Brancolina Ferreira no seminário sobre A Atual Problemática Agrária Brasileira e o Papel da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA). A Via Campesina também participou da discussão.

Alessandra Lunas, vice-presidente e secretária de Relações Internacionais da CONTAG representou a confederação e falou sobre as novas modalidades que mascaram as ocupações no campo, referindo-se aos arrendamentos especulativos de longa duração, praticados por representantes do agronegócio, com contratos que chegam a 50 anos. “A família de agricultores que fez um contrato com essa longevidade nunca mais voltará para essa terra, que já estará devastada”, disse, referindo-se aos estragos promovidos pelas monoculturas. Lunas narrou também casos de desapropriações indevidas feitas a famílias com mais de 25 anos numa terra, como o que vem acontecendo no Cone Sul de Rondonia. Temas como a violência no campo e a situação caótica em que se encontram os órgãos de governo (dando o exemplo do Incra) também foram abordados por ela. “Tudo isso nos coloca diante de um grande desafio. Chegamos a um momento extremamente difícil e precisamos unificar nossas lutas, porque a problemática do desenvolvimento no campo precisa ser pensada em conjunto, não podendo ser tratada como um problema exclusivo do campo, porque se trata de soberania e segurança alimentar e, por isso, necessitamos nos ajudar mutuamente”. Encerrando sua análise, Alessandra tratou da questão dos assalariados e assalariadas rurais, criticando a ausência de respostas concretas do governo federal à pauta de reivindicações da categoria. Segundo ela os sinais de crescimento da economia no setor não se refletem na vida dos trabalhadores, denunciando a mecanização no setor da cana-de-açúcar como grande vilã quanto ao número de desempregos, este que vem gerando um grande bolsão de miséria, já anunciado para acontecer em um curto prazo de tempo no campo: “É uma situação gritante e que, efetivamente, as políticas públicas ainda não enxergaram, pois o próprio Programa Brasil Sem Miséria não contém políticas voltadas para este setor. Não basta um selo social, sem a garantia de melhorias nas condições de vida dos trabalhadores”.

Os representantes das organizações sociais estão reunidos desde ontem, quando analisaram o padrão de acumulação de capital pelo setor primário (agronegócio) e debateram sobre os movimentos sociais agrários e as estratégias campesinas – estado atual e perspectivas, com a proposta de fortalecimento da atuação conjunta dos movimentos sociais em prol de uma reforma agrária que contemple não só a garantia do acesso a terra, mas também políticas públicas voltadas a um efetivo desenvolvimento sustentável no meio rural brasileiro. Uma assembleia geral da ABRA sucedeu-se ao debate. O seminário se encerrou no final da manhã dessa sexta (29), com um almoço.

**Terra Legal entrega títulos urbanos no norte do Tocantins – Site do MDA.
02/07/2012**

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio do Programa Terra Legal Amazônia, vai doar áreas de dois núcleos urbanos aos municípios de Luzinópolis e São Miguel, no norte de Tocantins. Os títulos serão entregues, dia 4 de julho, na Câmara Municipal de São Miguel, às 14 horas, e em 5 de julho, na Câmara Municipal de Luzinópolis, também às 14 horas.

Com a titulação, as áreas de propriedade da União serão doadas aos municípios sem ônus. As prefeituras serão responsáveis pelo parcelamento e titulação das famílias residentes nessas localidades. Sem a regularização fundiária, os gestores municipais ficam impedidos de obter financiamento para construir obras de infraestrutura, como escolas, unidades de saúde, pavimentação de ruas e habitações. Além disso, não podem definir o zoneamento urbano e a titulação dos imóveis para as famílias.

Em Luzinópolis, o Terra Legal vai doar uma área de 50,73 hectares localizada na sede do município, enquanto em São Miguel, será transferida ao poder público a área do Povoado Grota do Meio, com 15,33 hectares.

O programa está regularizando também outros núcleos urbanos, com área total de 623,59 hectares, nos municípios de Axixá do Tocantins, Darcinópolis, Goiatins, Peixe, Santa Fé do Araguaia, São Miguel e Sítio Novo.

Na zona rural, o Terra Legal ainda está realizando os trabalhos de medição e georreferenciamento de posses em 36 municípios tocantinenses. A ação, iniciada este ano, faz parte dos procedimentos de regularização fundiária de terras públicas federais que o programa executa no estado.

Programa

O Terra Legal Amazônia é o programa de regularização fundiária do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que tem como meta resolver os problemas de regularização fundiária na Amazônia Legal e assegurar a titulação das áreas urbanas e rurais.

Produtores da agricultura familiar e comunidades locais têm prioridade no atendimento do Terra Legal. Os benefícios do programa são diversos, com destaque para a redução do desmatamento e o aumento da produtividade de agricultores familiares.

Ao receber o título de posse do terreno, o dono se compromete a cumprir os requisitos legais como a manutenção da área de preservação permanente ou a reflorestar a área desmatada.

Os interessados podem se informar sobre a titulação de posses no Tocantins na Superintendência Estadual de Regularização Fundiária, pelo telefone (63) 3219-5318 ou pelo portal www.mda.gov.br/terralegal.

**Projeto que libera compra de terras para estrangeiros pode ser segundo Código.
Guilherme Almeida – Site do MST. 02/07/2012**

O relatório que dá às empresas com capital estrangeiro liberdade para adquirir grandes extensões de terras, aprovado na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, é nocivo para a soberania do Brasil.

Essa é a avaliação de Gerson Teixeira, da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra). “Esse projeto sinaliza a abertura total das terras para capital estrangeiro, permitindo que empresas se apoderem da biodiversidade e de recursos naturais do Brasil de acordo com seus interesses”.

O relatório acaba com os limites existentes e retira o Poder Executivo do processo de compra de terras por empresas de capital estrangeiro. Atualmente, é necessária a aprovação do projeto de uso da terra em questão.

“Perdemos a soberania nacional na escolha do que e de como produzir no Brasil”, avalia Gerson Teixeira.

Por se tratar de um projeto terminativo, basta passar nas comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação para que seja votado no Senado Federal.

Para o pesquisador da Abra, o governo deve tentar barrar a aprovação. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) já manifestou que é contra a liberação da compra de grandes extensões de terras por empresas de capital estrangeiro.

No entanto, ele ressalva que a demora na intervenção pode resultar em “outro Código Florestal”. “Os articuladores do governo não podem esperar para intervir, como fizeram no avanço do novo texto do Código Florestal. Quanto mais o projeto avança, mais ganha força”.

Para Teixeira, a bancada ruralista tem pressa de aprovar esse projeto, uma vez que em ano de eleição o Poder Legislativo funciona em ritmo diferenciado.

Gerson Teixeira avalia que não é coincidência esse projeto passar rapidamente pelas comissões parlamentares no mesmo ano da aprovação do novo Código Florestal. “Tem tudo a ver”, acredita.

Vídeo: servidores do Incra e MDA denunciam paralisia da Reforma Agrária – Site do MST. 02/07/2012

Servidores públicos federais fazem protesto depois de apresentação do Plano Safra pela presidenta Dilma Rousseff, na quinta-feira (28/6) para cobrar mais recursos para a agricultura familiar.

<http://www.mst.org.br/content/video-servidores-do-incra-e-mda-denunciam-paralisia-da-reforma-agraria>

Proposta do Incra de compensação ambiental foi aprovada pela Sedam e vai possibilitar a regularização de assentamentos de Rondônia e criação de novos – Site do INCRA. 03/07/2012

A superintendência do Incra em Rondônia obteve a aprovação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (Sedam-RO) para a compensação de reservas legais de projetos de assentamento (PA's) em unidades de conservação federais (UC's). A medida beneficiará cerca de quatro mil famílias dos 18 PA's contemplados a partir de sua regularização ambiental e abrirá novas vagas com a criação de outros assentamentos.

As unidades de conservação federais que são objeto da compensação são o Parque Nacional da Serra da Cutia, a Reserva Extrativista Barreiro das Antas e a Reserva Extrativista Rio Cautário, localizadas no município de Guajará-Mirim. A área total, aproximadamente 464 mil hectares, pertenciam ao Incra que propôs ao Ibama, em 2001, sua destinação para a criação de unidades de conservação, por tratar-se de um ecossistema de grande valor ambiental. Nos decretos de criação das UC's ficou estabelecido que a área seria objeto de compensação ambiental de reservas legais de assentamentos. Em 2011, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio), autarquia responsável pela gestão das Unidades de Conservação federais, manifestou-se favorável ao ato, que até então aguardava a aprovação da Sedam.

"Essa iniciativa vai minimizar os danos ao meio ambiente nos projetos de assentamento, ao tempo em que permitirá aos assentados melhores condições de uso de suas propriedades já que vão ter a licença ambiental que permite o desenvolvimento sustentável das atividades, créditos bancários, entre outros benefícios", explicou o superintendente do Incra/RO, Luis Flavio Carvalho Ribeiro.

Como as reservas legais estavam ocupadas, o Incra vai transformá-las em novos assentamentos para as famílias que se enquadrarem no perfil de beneficiárias da reforma agrária.

Para a secretária de desenvolvimento ambiental, Nanci Rodrigues, a medida será muito positiva para o estado porque as áreas objeto da compensação formam com as demais UC's mosaicos de áreas protegidas, com um corredor de biodiversidade que proporciona a troca genética entre as espécies.

Os projetos de assentamento que terão suas áreas de reserva legal compensadas nas UC's são: Guarajus (Corumbiara), Maria José Rique (Ariquemes), Chico Mendes, Chico Mendes II e III (Presidente Médici), Joana D'Arc III (Porto Velho), Prozolina e Nova Vida (Campo Novo de Rondônia), Martins Pescador (Urupá e Alvorada do Oeste), Eli Moreira (Pimenta Bueno), Paraíso das Acácias (Candeias do Jamari), Palma Arruda (Vale do Anari), Manoel Cardoso (Primavera de RO), Palmares (Nova União), São José dos Buritis, Oriente, Santa Helena e Buritis (Buritis e Campo Novo).]

Superintendentes discutem execução orçamentária e diretrizes do Planejamento Estratégico do Incra – Site do INCRA. 05/07/2012

Depois de participarem do lançamento do Plano Safra no Palácio do Planalto, na quarta-feira (04), os 30 superintendentes regionais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) reuniram-se na tarde da quarta-feira(04) e durante toda a quinta-feira(05) com os diretores e o presidente da autarquia, Celso Lisboa de Lacerda. Na ocasião debateram a execução orçamentária e as propostas para 2013, além das marcas de gestão definidas no planejamento iniciado em 2011.

De uma forma geral saíram satisfeitos como andamento da execução orçamentária e principalmente entusiasmados com as perspectivas positivas apontadas pelo presidente Celso que relatou o empenho das negociações com o Centro de Governo e as respostas positivas que vem recebendo das autoridades.

Os temas da reunião foram desde a motivação dos servidores até o processo de mudança da imagem negativa do Incra junto a imprensa, centro de governo, assentados e servidores. Ficaram certos de que o processo está em andamento e a passos rápidos para atingir as metas esperada e foram motivados a utilizarem a mesma metodologia de planejamento adotada pela sede em suas regionais. Lacerda enfatizou que os gestores devem assumir o comando do planejamento estratégico, envolvendo positivamente os servidores, de forma participativa para se responsabilizarem com os resultados.

Valmir Assunção: consolidar agricultura familiar é fazer Reforma Agrária. Valmir Assunção – Site do MST. 05/07/2012

Com o lançamento do Plano Safra 2012/2013, o governo federal aumenta em 40% o valor dos recursos em relação ao ano passado. São R\$ 22,3 bilhões, sendo que R\$ 18 bilhões serão destinados para o custeio e investimento através de crédito via PRONAF e, o que resta destinado ao seguro agrícola, assistência técnica e políticas de preços mínimos.

Com esses recursos, o governo amplia o apoio a agricultores de menor renda, amplia a capacidade de investimento de R\$ 50 mil para R\$ 80 mil, com ampliação de limites de financiamento das agroindústrias de R\$50 mil para R\$130 mil.

O Seguro Agrícola também será ampliado de R\$3,5 mil para R\$ 7 mil. O Programa Nacional de Alimentação Escolar terá aumento das compras de R\$ 9 mil para R\$ 20 mil por agricultor ou agricultora/ano. Os agricultores/as poderão vender até R\$8 mil/ ano para o Programa de Aquisição de Alimentos.

No entanto, o Brasil ainda destina a maior parte dos recursos para o agronegócio, cujo modelo não gera empregos, não gera alimentos saudáveis e está longe de ser considerado como modelo preservador da natureza, do meio ambiente. Serão 115,25 bilhões para este setor, ou seja, uma diferença brutal de recursos.

Outra questão está na prática recorrente de contingenciar os recursos destes programas. Não raras as vezes que os movimentos sociais de luta pela terra têm que absorver esta

pauta no seu conjunto de reivindicações. É inadmissível que um setor que já recebe uma menor parte dos recursos ainda tenha que conviver com cortes e contingenciamentos.

Quando se decide aumentar em 40% os recursos para a agricultura familiar, significa que o Governo quer que o país tenha mais protagonismo na produção de alimentos. Para aumentar a produção de alimentos, também é preciso aumentar a quantidade de agricultores familiares. Para isto, só há uma solução frente a grande concentração fundiária brasileira: a reforma agrária.

É preciso que o Governo tome uma atitude urgente, por que, ao contrário do que alguns pensam, a demanda por novos assentamentos existem e batem a nossa porta todos os dias. São mais de 150 mil pessoas acampadas, muitas há anos debaixo da lona preta, resistindo para adentrar ao modelo da agricultura camponesa e familiar. Ora, para ter acesso a todos esses programas, antes de tudo o agricultor ou a agricultora tem que ter acesso a terra. Nenhum desses programas terá resultado efetivo se a reforma agrária não for prioridade do governo.

Projetos de colonização do Inbra são responsáveis pelo desmatamento – Site do MST. 06/07/2012

O Ministério Público Federal apontou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária como o maior desmatador da região amazônica.

De acordo com o MPF, os assentamentos instalados pelo Inbra são responsáveis por 18% do desflorestamento na Amazônia Legal entre 2000 e 2010.

Esse desmatamento é resultado dos projetos de colonização do Inbra.

Esses projetos de colonização servem aos interesses dos madeireiros, uma vez que regularizam áreas em litígio.

O Inbra não enfrenta o latifúndio e tem uma política de assentar famílias em áreas públicas florestadas.

Com isso, abre mão de desapropriar áreas improdutivas e desmatadas.

Ou seja, não é Reforma Agrária.

O MST é contra a continuidade dos projetos de colonização em áreas públicas com cobertura florestal.

O Movimento defende que o Inbra crie assentamentos em áreas desmatadas por latifundiários, que não cumpriram a função social da propriedade e devem ser desapropriados.

É o que manda a Constituição.

Não é necessário derrubar uma árvore para aumentar a produção na região amazônica nem para criar assentamentos.

Basta garantir a função social das áreas já desmatadas.

Por isso, o MST faz parte da campanha pelo Desmatamento Zero.

O Incra poderia mudar de conduta e retomar as fazenda do banqueiro Daniel Dantas.

A operação "Guardiões da Amazônia - Goianos IV", desencadeada pelo Ibama em outubro de 2010, identificou e autuou treze desmatamentos não autorizados em São Félix do Xingu.

Uma delas é a Fazenda Lagoa do Triunfo, de 141,2 mil hectares (do tamanho do município de São Paulo) pertence à Agropecuária Santa Bárbara Xinguará, de Daniel Dantas.

Abaixo, leia texto do jornalista Leonardo Sakamoto sobre a denúncia do MPF.

Leia também

Indústria madeireira cria "assentamentos de papel", diz Greenpeace. Incra é o maior desmatador da Amazônia, diz MPF

O Ministério Público Federal apontou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária como o maior desmatador da região amazônica. De acordo com a instituição, somados, os assentamentos instalados pelo Incra responderam por 18% do desflorestamento verificado na Amazônia Legal entre 2000 e 2010.

O MPF ajuizou ações em seis estados (Pará, Amazonas, Rondônia, Roraima, Acre e Mato Grosso – clique para ter acesso a elas), fruto de uma investigação de um ano, reunindo dados inéditos sobre o desmatamento em assentamentos de reforma agrária. Os assentados não são réus nas ações, que apontam a responsabilidade do poder público federal por negligenciar a infraestrutura dos assentamentos, não ter controle sobre a venda de lotes e, principalmente, não garantir licenciamento ambiental nos projetos.

De acordo com a investigação, o Incra foi responsável por 133.644 quilômetros quadrados de desmatamento em 2163 projetos de assentamento – o que equivale a 87 vezes a área do município de São Paulo. Em 2011, em assentamentos já criados, foram perdidos 1,668 milhão de hectares em floresta. De acordo com a nota do MPF, com base no valor comercial dos produtos madeireiros, os danos ambientais causados pelo Incra em toda a Amazônia correspondem a R\$ 38,5 bilhões entre 2000 e 2010.

“Os procedimentos irregulares adotados pelo Incra na criação e instalação dos assentamentos vêm promovendo a destruição da fauna, flora, recursos hídricos e patrimônio genético, provocando danos irreversíveis ao bioma da Amazônia”, afirma o Grupo de Trabalho da Amazônia Legal do MPF nas ações.

A criação de gado em áreas particulares era o principal vetor do desmatamento, mas

dois anos depois dos acordos da Carne Legal, iniciados no Pará, as derrubadas em assentamentos estão ficando mais preocupantes: representavam 18% do desmatamento em 2004 e, em 2010, atingiram somaram 31,1% de todo o desmatamento anual na Amazônia. Amapá e Tocantins ficaram de fora por terem números inexpressivos de desmatamento nas áreas de reforma agrária. O Maranhão, que tem parte de seu território na Amazônia Legal, ainda está concluindo o inquérito.

O MPF pede a interrupção imediata do desmatamento em áreas de reforma agrária, proibição de criação de novos assentamentos sem licenciamento ambiental e um plano para licenciar os assentamentos existentes, bem como para averbação de reserva legal e recuperação de áreas degradadas, com prazos que vão de 90 dias a um ano.

Venda de lotes

Em junho, o Ministério Público Federal havia entrado com uma ação civil pública na Justiça Federal de Marabá contra o Incra, autarquia vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, por ter permitido a comercialização ilegal de lotes de reforma agrária no Sul do Pará, o que teria contribuído para o caos fundiário e a violência no campo. De acordo com dados do próprio instituto, em 2009, o número de lotes vendidos ilegalmente (cerca de 15 mil) era maior que o número de famílias acampadas à espera de terra (11 mil) – situação que não teria mudado desde então, apesar das solicitações ao governo.

Em nota divulgada pelo MPF, os procuradores da República André Raupp e Tiago Rabelo afirmaram que “como o Incra não investe na infraestrutura – incentivando, assim, o abandono, a comercialização ilegal e a concentração dos lotes – e, de outro lado, deixa de retomar as parcelas indevidamente ocupadas ou concentradas e adotar todas as providências correlatas, acaba perdendo o controle da situação ocupacional dos assentamentos, liberando indevidamente recursos em favor de quem não tem direito e se vendo obrigado a desperdiçar vultosas quantias para a desapropriação de imóveis particulares”.

Foi nessa região, precisamente no município de Nova Ipixuna, que há pouco mais de um ano foram assassinados o casal de lideranças extrativistas José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo da Silva, que lutava contra a venda ilegal de lotes e a retirada de madeira do assentamento Praia Alta Piranheiras, onde viviam. Para o MPF, assassinatos continuarão ocorrendo como também como consequência da omissão do Incra.

Assentados destroem mata no Pará. Carlos Mendes – O Estado de São Paulo. 06/07/2012

MPF entra com ação judicial para tentar conter devastação; Incra nega que incentive desmate

A maioria dos 1.220 assentamentos de reforma agrária no Pará já teve metade da cobertura vegetal original desmatada, segundo análise de imagens de satélites feita pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon). As imagens também mostram que a derrubada de

árvores nos Estados do Pará, Amazonas, Mato Grosso, Roraima, Rondônia e Acre aumentou de forma preocupante nos últimos sete anos.

Segundo o levantamento, em 2005, o corte de árvores nesses assentamentos representava um quinto do desmatamento total, mas hoje chega a um terço. O caso mais dramático é o do assentamento Tuerê, entre os municípios de Novo Repartimento e Pacajá, no sudeste paraense. Apontado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) como o maior assentamento da América Latina, com mais de 290 mil hectares e cerca de 2,1 mil lotes de terra, o Tuerê aumentou em seis vezes a derrubada de árvores entre os anos de 2001 e 2011.

Ação judicial. Para frear a devastação em nome da reforma agrária, o Ministério Público Federal (MPF) ingressou com ações judiciais nos seis Estados. O procurador da República Daniel Azeredo Avelino, que atua no Pará, informou que o MPF pede à Justiça Federal que seja proibida a criação de novos assentamentos na Amazônia, a paralisação do corte de árvores e a recuperação das áreas desmatadas.

Avelino acusa o Incra de incentivar o desmatamento nas áreas. Ele disse que prefeituras denunciaram ao MPF que o Incra orienta as famílias para que desmatem as terras sob pena de os assentamentos não serem criados.

Procurado, o Incra afirmou que ainda não foi notificado das ações movidas pelo Ministério Público Federal e disse que só vai se pronunciar quando isso ocorrer. O instituto, no entanto, nega que esteja incentivando o desmatamento, afirmando que orienta os assentados a manterem a floresta em pé.

[Nota oficial em resposta a Rede Globo](#) – Site do INCRA. 06/07/2012

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) contesta as informações divulgadas pela rede Globo em matéria no Jornal Nacional do dia 05.07.12. Existem hoje na Amazônia Legal 3.554 projetos onde vivem 752 mil famílias em 76,7 milhões de hectares. Há mais de dez anos, a instituição direcionou a política de Reforma Agrária na Região para a criação de Projetos de Assentamentos Ambientalmente Diferenciados como os Projetos Agro Extrativistas (PAEs), Projeto de Assentamento Florestal (PAF) Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS). A autarquia incrementa uma política de reconhecimento das populações tradicionais que vivem nas Unidades de Conservação de Uso Sustentáveis, tanto federais como estaduais. A base de dados utilizada pelo Incra para avaliação do desmatamento nos assentamentos é o Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia realizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe/Prodes), base oficial de dados do governo federal.

Os dados apresentados pelo Ministério Público incorporam áreas que não estão mais sob administração do Incra, como por exemplo, os Projetos de Colonização da década de 70, bem como outros já emancipados. O processo de desmatamento vem diminuindo principalmente da década de 2000. O desmatamento nos assentamentos da região teve uma redução de 66% em área, correspondente ao período de 2005 a 2011. Em 2011 esse desmatamento representou 18% do total desmatado. Portanto, não é verdadeira a afirmação veiculada de que o desmatamento em assentamentos representa 1/3 e, sim, 1/5 do total.

Pressão da cadeia produtiva

A cadeia produtiva da madeira no Estado do Pará é o setor que mais pressiona as áreas de assentamento para o desmatamento ilegal chegando até ao assassinato de lideranças assentadas como o caso referente ao casal José Cláudio Ribeiro e Maria do Espírito Santo assassinados em maio de 2011 depois de terem denunciado a ação de três madeireiras em Nova Ipixuna (PA), fato esse amplamente divulgado na mídia nacional, à época. Cabe ressaltar que esta é uma das regiões mais desmatadas da Amazônia.

Ações do Incra na proteção ambiental

O Incra não tem medido esforços nas suas medidas para manter a floresta em pé: está integrado no Programa Bolsa Verde do Governo Federal, tendo já cadastradas 30 mil famílias desde 2011 e vem realizando parcerias com outros órgãos governamentais, além de dezenas de organizações agroecológicas e instituições de pesquisa. As principais são com o Serviço Florestal Brasileiro, a Embrapa, o ICMBio e o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM).

Com a Embrapa através do Projeto Amazônia Nativa vem sendo constituída nas áreas de assentamentos tradicionais – como no município de Marabá – uma rede de produção de sementes e mudas de essências nativas legalizadas pelo Ministério da Agricultura (MAPA) para recuperação de APPs e Reservas Legais, com foco em geração de renda e segurança alimentar para os agricultores da região. Vale salientar que significativa parte dessas áreas foram degradadas antes da imissão na posse pelo Incra.

O Incra tem contratado através de Chamadas Públicas a prestação de serviços de assistência técnica, ambiental e social cujo o foco é a disseminação de modelos ambientalmente sustentáveis. Como exemplo, já é uma realidade consolidada a geração de renda de milhares de famílias assentadas na Amazônia com a extração de Castanha do Brasil, Açaí, Palmito de Pupunha, Látex, dentre outros, muitos inclusive sendo agro-industrializados pelos assentados.

Não é verdadeira a afirmação do procurador Daniel César Azeredo Avelino na matéria veiculada de que os servidores do Incra incentivam o desmatamento nos assentamentos. Pelo contrário, todas as ações orientam para manter a floresta em pé.

O Incra juntamente com outros órgãos do governo federal como IBAMA, ICMBio, Polícia Federal, Força Nacional, FUNAI e outros tem desenvolvido nos últimos anos estratégias de combate ao desmatamento ilegal na Amazônia, ao mesmo tempo que se soma a outros órgãos federais no desenvolvimento de políticas de geração de renda para população amazônica.

Funai tem 10 dias para definir retirada em MT – Folha de São Paulo, Poder. 07/07/2012

A Justiça Federal determinou que a Funai apresente em dez dias um plano de retirada de fazendeiros da terra indígena Xavante de Marãiwatsédé, nordeste de Mato Grosso. A Funai anunciou em junho que o esquema de retirada da área de 165 mil hectares seria divulgado neste mês, mas não definiu datas. Após a apresentação do plano, os

fazendeiros devem sair em 30 dias. A Força Nacional de Segurança e a PF serão acionadas. Segundo a Funai, os índios foram retirados em 1966 pelo governo, que queria impulsionar a agricultura.

INCRA nega acusação de que colabora com desmate – O Estado de São Paulo. 07/07/2012

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) questionou, em nota oficial, informação do Ministério Público Federal (MPF) sobre o aumento na derrubada de árvores em áreas de assentamento nos Estados do Pará, Amazonas, Mato Grosso, Roraima, Rondonia e Acre. No comunicado, o Incra diz que os dados incorporam áreas que não estão mais sob sua administração e nega a acusação de incentivar o desmate.

“O processo de desmatamento vem diminuindo, principalmente desde a década de 2000. O desmatamento nos assentamentos da região teve uma redução de 66% em área, correspondente ao período de 2005 a 2011”, afirmou o órgão.

O Incra cita como fonte o Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia realizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe/Prodes), utilizado como base oficial de dados do governo federal.

Segundo o MPF, um levantamento de 2005 mostrou que o corte de árvores nesses assentamentos representava um quinto do desmatamento total, mas hoje chega a um terço. O Incra, porém, contestou a informação e garantiu que no último ano o desmatamento nessas áreas representou 18% do total desmatado – mantendo-se, portanto, na mesma proporção.

O instituto governamental afirma que tem ampliado seu trabalho nas áreas de assentamento. “Existem hoje na Amazônia Legal 3.554 projetos onde vivem 752 mil famílias em 76,7 milhões de hectares. Há mais de dez anos, a instituição direcionou a política de reforma agrária na região para a criação de Projetos de Assentamentos Ambientalmente Diferenciados, como os Projetos Agroextrativistas (Paes), Projeto de Assentamento Florestal (PAF) e Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS).”

Acusação.

O MPF ingressou com ações judiciais nos seis Estados. Segundo o procurador da República Daniel Azeredo Avelino, que atua no Pará, foi solicitada a Justiça Federal a proibição de novos assentamentos na Amazônia, por causa de um suposto incentivo do Incra ao desmatamento nas áreas. Avelino afirma que prefeituras denunciaram que o órgão orienta as famílias para que desmatem as terras, sob pena de os assentamentos não serem criados.

O Incra se defende das acusações citando a participação em projetos como o Programa Bolsa Verde, do governo federal, e parcerias de conservação firmadas com entidades como o Serviço Florestal Brasileiro, a Embrapa, o ICMBio e o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam). “O Incra não tem medido esforços para manter a floresta em pé”, afirmou o órgão na nota.

Presos 22 sem terra em Ariquemes – Site da CPT. 09/07/2012

A polícia de Ariquemes prendeu, no dia 04 de julho, um grupo de agricultores sem-terra acusados de resistir a uma ordem de reintegração de posse de fazenda dos herdeiros de Daniel Stivanin. Segundo o site G1, durante a operação feita pela polícia, 22 pessoas foram presas e seis motos foram apreendidas.

Junto com os invasores, a polícia também encontrou uma espingarda, munições, armas brancas, rádio-comunicadores, fardas do Exército e uma escala de trabalho para vigiar a entrada das pessoas na fazenda. Eles foram presos após terem retornado, no dia 29 de julho, ao local que ocupavam há mais de seis anos. Mais de 60 famílias tinham saído pacificamente do local em maio, forçados por uma ordem judicial de reintegração de posse e após o Superintendente do INCRA ter prometido para eles outra terra em três ou quatro meses. Eles alugaram uma chácara e montaram um acampamento na beira da estrada de Machadinho, a 15 km. de Ariquemes, que batizaram com o nome de Acampamento Arraial da Vitória. Depois do despejo eles reclamaram que não se lhes tinha permitido sequer retirar a produção das lavouras plantadas, e que estavam passando necessidade. O INCRA prometeu cestas básicas para as 52 famílias acampadas.

Daniel Stivanin foi assassinado em 15 de maio de 2012, sem que se conheçam suspeitos nem os motivos das mortes. Os acampados acham que esta morte tenha acelerado seu despejo, sem possibilidade de negociação de acordo com a família como eles pediam, pois o local que ocupavam estava totalmente abandonado quando eles começaram a trabalhar e morar lá. Não está confirmado que os presos formam parte da Liga dos Camponeses Pobres de Rondônia.

Mais recursos são aprovados para garantir sustentabilidade da Educação do Campo. Maria do Carmo de Andrade Lima – Site da Contag. 10/07/2012

Foi aprovada recentemente (28 de junho) a Medida Provisória 562 (que se transformou em PL 10/12), na Câmara dos Deputados e que prevê o acesso aos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) às instituições comunitárias que atuam na educação do campo. Serão beneficiadas com esta proposição as Escolas Família Agrícola (EFA) e as Casas Familiares Rurais, que poderão após a aprovação acessarem recursos do FUNDEB. Neste projeto está prevista a autorização de pagamento de bolsas para professores das universidades que atuam no Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). “Esta segunda conquista demonstra o reconhecimento da importância que o Pronera tem para a educação do campo”, analisa José Wilson, secretário de Políticas Sociais da CONTAG.

A Medida Provisória e as Escolas Famílias Agrícolas - Várias questões ligadas à educação do campo necessitavam de regulamentação e já existia uma proposta antiga dos movimentos sociais e da CONTAG para que as EFAs e CFRs fossem beneficiadas com recursos públicos na qualidade de entidades públicas não estatais. Na discussão do PRONACAMPO, o governo acenou para a possibilidade de construir instrumentos legais que possibilitassem esse acesso. A MP incorporou em seu bojo essa ideia e a levou ao Congresso Nacional com vistas a fazer esse debate. Para a direção da

CONTAG, a MP interessa muito ao movimento sindical, porque vai possibilitar às EFAS e às Casas Familiares Rurais acessarem recursos do FUNDEB. Até então, as EFAs não podiam acessar recursos públicos, por serem entidades filantrópicas (sem fins lucrativos) e, nesses casos, a Constituição limita que essas instituições recebam diretamente créditos. Para José Wilson “A Medida Provisória vai possibilitar às escolas receberem recursos públicos para garantir sua sustentabilidade. Essa é uma luta histórica do movimento sindical e ponto de defesa de todos os movimentos sociais”, esclarece.

A Medida Provisória e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - Em 2008, o Pronera recebeu uma notificação do Tribunal de Contas da União (TCU), sendo impedido de pagar bolsa para os professores que atuam no Programa. Segundo o órgão, o Incra (instituição à qual o Pronera é vinculado), por limitações legais, não poderia pagar essas despesas. Diante dessa realidade a CONTAG e os movimentos sociais já realizaram duas tentativas no Congresso para que fosse aprovada uma lei, ou emenda numa lei específica, a fim de reverter esse quadro. “Eles (o TCU) argumentam que esses professores já são da universidade e que, teoricamente, não teriam por que receber mais uma bolsa pelo trabalho desenvolvido e, ainda, que o INCRA não teria autorização legal para pagamento de bolsas”, explica José Wilson.

O Decreto presidencial 7.352 reconhece o Pronera como política pública e reafirma seu papel e importância para educação nas áreas de reforma agrária. Para Wilson, a aprovação da MP já é um ganho porque reconhece a importância que o Pronera tem para a educação do campo. Porém, ele alerta que ainda é preciso assegurar essa aprovação no Senado Federal. “Claro que numa perspectiva política se trata de uma vitória e significa que poderemos retomar a mobilização com as universidades para fazer novos cursos do PRONERA. Mas, nossas articulações devem continuar, porque isso ainda precisa ser aprovado pelo Senado Federal”, conclui.

Nota da ABRA repudia reportagem do Jornal Nacional – Site da Contag. 11/07/2012

Reportagem veiculada no Jornal Nacional, em 5 de julho, acusa os assentamentos de reforma agrária de serem os grandes vilões do desmatamento da Amazônia. A matéria foi produzida a partir de dados fornecidos pelo Ibama, Inpe e, especialmente, pela ONG Imazon.

A Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) empreendeu iniciativas com o intuito de contestar a notícia, de convencer o Departamento de Jornalismo da Rede Globo sobre as inconsistências da matéria e sobre a necessidade de sua correção. Mas, sequer foi aberta a possibilidade da ABRA enviar os dados e argumentos. Clique no link abaixo para ler a nota da ABRA sobre o caso.

Movimento Sem Terra realiza Encontro de Educadores da Reforma Agrária – Site do MST. 16/07/2012

Aconteceu nos dias 6 a 8 de julho de 2012, no campus da Universidade Federal do Maranhão (Ufma), em Bacabal (MA), o Encontro de Educadores e Educadoras das

Áreas de Reforma Agrária, com 150 pessoas de vários assentamentos organizados pelo Movimento Sem Terra e Assema, sendo que grande parte dos presentes já estão inseridos num processo de formação através do curso de Licenciatura em Pedagogia da Terra, em parceria UFMA/MST/ASSEMA/PRONERA.

Durante os quatro dias debateu-se a conjuntura educacional brasileira, o comportamento das classes sociais nessa forma de sociedade, a luta de classes no campo, os desafios atuais da educação do campo, e o papel das escolas.

Para desenvolver os temas, fizeram-se presentes no evento os professores Roberto Leher da UFRJ, Cesar Labre da UFMA, Eliana Felipe da UFPA, Rita Nascimento, do IFMA e Maria Gorete da ENFF/MST. Os debatedores trouxeram vários elementos que instigaram ao coletivo de educadores a melhor refletir as contradições da sociedade capitalista e se comprometerem com uma educação para a transformação.

Durante o evento também foi lançado o Dicionário da Educação do Campo, pela professora Dra. Eliana Felipe, que é autora do verbete “Infância do Campo”, realizada a noite literária com recital de poesias, e uma boa música popular brasileira, na bela voz do cantor popular José Cláudio, do MST Maranhão

XI Jornada de Agroecologia – Site do INCRA. 17/07/2012

O presidente do Incra, Celso Lisboa de Lacerda, participou entre os dias 11 e 14 de julho da XI Jornada de Agroecologia, na Universidade Estadual de Londrina, no Paraná. Segundo ele, a Jornada é um movimento que não se encerra nos seus quatro dias e congrega pessoas, movimentos sociais, estudantes e professores que entendem a agroecologia como alternativa de sustentabilidade para os agricultores familiares e como a única forma de se produzir alimentos saudáveis para a população.

Lacerda que acompanha a Jornada desde sua primeira em Ponta Grossa em 2002, quando era secretário de agricultura do Município, entende que o movimento é uma resposta ao envenenamento do planeta promovido pelo agronegócio. " Trata-se de um movimento amplo, com oficinas, troca de experiências em tecnologias alternativas, e feiras de troca de sementes crioulas que envolve praticamente todos os assentamentos e agricultores familiares do Paraná e outros estados vizinhos", afirmou.

Palavras de ordem, bandeiras, batucada e muita música deram o tom da marcha para abertura da 11ª Jornada de Agroecologia, realizada no Centro de Londrina na tarde de quarta-feira (11), com participação de mais de 3.800 pessoas. A manifestação de rua teve como objetivo apresentar a proposta da Jornada e ampliar o diálogo com a população em geral sobre a agroecologia em contraponto aos danos do agronegócio. Nessa 11ª edição o evento recebe representantes de países da América Latina e Caribe, entre eles Paraguai, Bolívia e Argentina, além de diversos estados brasileiros.

A greve dos servidores do INCRA foi pautada como uma das lutas importantes para que movimentos sociais do campo se insiram e apoiem. "A cada ano estamos sofrendo cortes de custos que inviabilizam o trabalho. Nós estamos ameaçados pelo sucateamento dos órgãos", aponta o engenheiro agrônomo do INCRA, Cláudio Marques. Segundo o engenheiro, o governo federal trata os servidores de forma desigual e os órgãos públicos

que tratam de questões ligadas ao agronegócio recebem mais recursos, enquanto a agricultura familiar é deixada de lado. Marques coloca como exemplo da precarização vivida pelo INCRA o corte de 70% do recurso em 2012 para o Programa de Assistência Técnica. Outro dado significativo é a redução drástica no número de servidores ao longo dos anos: entre 1995 a 2011 o quadro de trabalhadores no INCRA caiu de 9 mil para 5 mil no país, em contrapartida o número de assentamentos atendidos subiu de 67 para 8.700 no mesmo período.

Histórico

As Jornadas de Agroecologia iniciaram em 2002 na cidade de Ponta Grossa no Paraná, onde houveram mais duas edições: 2033 e 2004. Em 2005, a 4ª Jornada de Agroecologia, aconteceu na cidade de Cascavel, região oeste do Paraná, E as três próximas edições da jornada, de 2006 a 2008, permaneceram em de Cascavel, avançando nas atividades de intercâmbio de experiências e estudos sobre práticas agroecológicas. A oitava e nona edições aconteceram na região sudoeste do estado, cidade de Francisco Beltrão, em 2009 e 2010, e tiveram como principal objetivo fomentar a participação da agricultura familiar no debate da agroecologia.

Atualmente a Jornada de Agroecologia, vem se realizando na região norte do estado, na cidade de Londrina, 2011 e agora em 2012 em sua 11ª edição, ressaltando o grande movimento agroecológico, de lutas dos povos contra a mercantilização da vida, comprometendo-se a construir uma nova sociedade, sustentável e capaz de satisfazer as necessidades fundamentais e assim garantir os direitos das gerações futuras. As edições da jornada tem um público em média de 4 mil participantes, de diversos movimentos sociais, organizações populares, técnicos, acadêmicos, pesquisadores, profissionais da saúde, educação. Ods seus promotores são: MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores; MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens; MMC - Movimento de Mulheres Camponesas; CPT – Comissão Pastoral da Terra; FEAB – Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil; Terra de Direitos e GALO – Grupo de Agroecologia de Londrina.

As mentiras paraguaias das elites brasileiras. João Pedro Stédile – Folha de São Paulo, Opinião. 17/07/2012

O maior conflito do Paraguai é reaver a terra usurpada por fazendeiros brasileiros. O país vizinho "cedeu" a estrangeiros 25% do seu território cultivável

Mal havia terminado o golpe de Estado contra o presidente Fernando Lugo e flamantes porta-vozes da burguesia brasileira saíram em coro a defender os golpistas.

Seus argumentos eram os mesmos da corrupta oligarquia paraguaia, repetidos também de forma articulada por outros direitistas em todo continente. O impeachment, apesar de tão rápido, teria sido legal. Não importa se os motivos alegados eram verdadeiros ou justos.

Foram repetidos surrados argumentos paranoicos da Guerra Fria: "O Paraguai foi salvo de uma guerra civil" ou "o Paraguai foi salvo do terrorismo dos sem-terra".

Se a sociedade paraguaia estivesse dividida e armada, certamente os defensores do presidente Lugo não aceitariam pacificamente o golpe.

Curuguaty, que resultou em sete policiais e 11 sem-terra assassinados, não foi um conflito de terra tradicional. Sem que ninguém dos dois lados estivesse disposto, houve uma matança indiscriminada, claramente planejada para criar uma comoção nacional. Há indícios de que foi uma emboscada armada pela direita paraguaia para culpar o governo.

Foi o conflito o principal argumento utilizado para depor o presidente. Se esse critério fosse utilizado em todos os países latino-americanos, FHC seria deposto pelo massacre de Carajás. Ou o governador Alckmin pelo caso Pinheirinho.

O Paraguai é o país do mundo de maior concentração da terra. De seus 40 milhões de hectares, 31.086.893 ha são de propriedade privada. Os outros 9 milhões são ainda terras públicas no Chaco, região de baixa fertilidade e incidência de água.

Apenas 2% dos proprietários são donos de 85% de todas as terras. Entre os grandes proprietários de terras no Paraguai, os fazendeiros estrangeiros são donos de 7.889.128 hectares, 25% das fazendas.

Não há paralelo no mundo: um país que tenha "cedido" pacificamente para estrangeiros 25% de seu território cultivável. Dessa área total dos estrangeiros, 4,8 milhões de hectares pertencem brasileiros.

Na base da estrutura fundiária, há 350 mil famílias, em sua maioria pequenos camponeses e médios proprietários. Cerca de cem mil famílias são sem-terra.

O governo reconhece que desde a ditadura Stroessner (1954-1989) foram entregues a fazendeiros locais e estrangeiros ao redor de 10 milhões de hectares de terras públicas, de forma ilegal e corrupta. E é sobre essas terras que os movimentos camponeses do Paraguai exigem a revisão.

Segundo o censo paraguaio, em 2002 existiam 120 mil brasileiros no país sem cidadania. Desses, 2.000 grandes fazendeiros controlam áreas superiores a mil ha e se dedicam a produzir soja e algodão para empresas transnacionais como Monsanto, Syngenta, Dupont, Cargill, Bunge...

Há ainda um setor importante de médios proprietários, e um grande número de sem-terra brasileiros vivem como trabalhadores por lá. São esses brasileiros pobres que a imprensa e a sociologia rural apelidaram de "brasiguaios".

O conflito maior é da sociedade paraguaia e dos camponeses paraguaios: reaver os 4,8 milhões de hectares usurpados pelos fazendeiros brasileiros. Daí a solidariedade de classe que os demais ruralistas brasileiros manifestaram imediatamente contra o governo Lugo e a favor de seus colegas usurpadores.

O mais engraçado é que as elites brasileiras nunca reclamaram de, em função de o Senado paraguaio sempre barrar todas as indicações de nomes durante os quatro anos do

governo Lugo, a embaixada no Brasil ter ficado sem mandatário durante todo esse período.

Pepe Vargas debate a questão dos assentamentos com governador de Rondônia – Site do MDA. 18/07/2012

O ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Pepe Vargas, se reuniu na tarde desta quarta-feira, 18, em Brasília, com o governador de Rondônia, Confúcio Moura. Na audiência, as autoridades debateram sobre as ações que poderão ser implementadas e desenvolvidas no estado para agilizar o processo de regularização dos assentamentos rurais, criados há décadas.

De acordo com o ministro do MDA, a situação precisa ser solucionada rapidamente, para que os residentes dos assentamentos possam ser incluídos nos programas públicos que beneficiam a população do campo. “A titularização dos assentamentos é um problema antigo que deve ser definitivamente resolvido”, afirmou Pepe Vargas.

Na avaliação do governador de Rondônia, a regularização das terras vai impactar diretamente no desenvolvimento social e econômico do estado. “A parceria com o MDA, tem sido exitosa. Rondônia hoje é o estado da Federação onde o programa Terra Legal desponta como o mais promissor. Estamos cumprindo o papel social do programa e, com certeza absoluta, nós queremos mais. Só com essa ação será possível dobrar o PIB do estado”, concluiu Confúcio Moura.

Terra Legal

Somente no mês de maio deste ano, o MDA, em parceria com o governo de Rondônia e o Incra, entregou mais de 500 títulos definitivos para agricultores familiares de três municípios de Rondônia: Vale do Anari e Theobroma, no Território da Cidadania Central, e Cujubim, no Território da Cidadania Vale do Jamari.

Criado em 2009 e coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Programa Terra Legal Amazônia tem como meta resolver as questões de regularização fundiária na Amazônia Legal. Seu objetivo é a regulamentação de terrenos ocupados por posseiros em terras públicas federais chamadas de “não destinadas”. Incluem-se nessa classificação aquelas que não são consideradas reservas indígenas, unidades de conservação marinha, locais reservados à administração militar e florestas públicas.

Produtores da agricultura familiar e comunidades locais têm prioridade no atendimento do Terra Legal. Os benefícios do programa são diversos, com destaque para a redução do desmatamento e o aumento da produtividade de agricultores familiares.

Ao receber o título de posse do terreno, o dono se compromete a cumprir os requisitos legais como a manutenção da área de preservação permanente ou a reflorestar a área desmatada.

Jornada da Agroecologia cobra Reforma Agrária e avanços nas políticas públicas. Ednubia Ghisi – Site do MST. 19/07/2012

Com a simbologia da partilha das sementes crioulas, preservadas e multiplicadas pelos camponeses, foi encerrada no sábado (14/7) a 11ª Jornada de Agroecologia, em Londrina, no Paraná.

Cerca de 50 mil quilos de sementes foram distribuídas aos mais de 4 mil participantes. O ato político de encerramento teve participação de representantes de dezenas de movimentos e entidades, das 12 brigadas internacionalistas presentes na jornada e de integrantes de órgãos públicos municipais, estaduais e federais.

Os pronunciamentos dos diferentes representantes reafirmaram a importância da Jornada de Agroecologia, organizada desde 2002 pela Via Campesina, e da luta incansável dos movimentos camponeses pela reforma agrária e por políticas públicas de atendimento de fato às demandas dos trabalhadores do campo.

Pelo segundo ano consecutivo a Universidade Estadual de Londrina (UEL) sediou a Jornada de Agroecologia, afirmando e efetivando a missão da universidade pública. Para a reitora da UEL, Nádina Aparecida Moreno, a organização da Jornada e a luta diária dos movimentos camponeses são uma lição de como os gestores públicos devem atuar. “Vocês nos mostram, com solidariedade, união, harmonia e compromisso, que podemos alcançar todos nossos sonhos e objetivos”, afirma Nádina, que reitera o apoio da universidade à Jornada.

O dirigente da Via Campesina e do MST, Roberto Baggio, cobrou do Estado brasileiro avanços nas políticas para o campo, com a ampliação da compra da produção dos assentamentos, melhor estrutura e mais funcionários para o Incra, e principalmente com a efetivação da reforma agrária, negligenciada pelo atual governo. “Para continuarmos avançando, é preciso democratizar a propriedade da terra, e nesse sentido a presidenta Dilma está em dívida com o conjunto de pautas da reforma agrária”, disse.

No estado do Paraná, mais de 5 mil famílias continuam acampadas.

Segundo o presidente nacional do Incra, Celso de Lacerda, assim como na vida concreta dos camponeses, a influência do agronegócio está fortemente presente dentro do governo, e por isso não é possível “fazer mudança sem a pressão e organização dos camponeses”. A força dos latifundiários está escancarada na grande mídia. Lacerda cita como exemplo a recente reportagem mentirosa da Rede Globo que mostrou desmatamentos em assentamentos da Amazônia.

O Incra provou a inverdade dita na reportagem, porém, apenas uma pequena nota foi veiculada pela emissora.

Do ponto de vista da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), o Superintendente do órgão no Paraná, Luiz Carlos Vissoci, percebe a evolução e conquistas com os programas votados para os assentamentos e à agricultura camponesa. Mas afirma a necessidade de haver o desenvolvimento de programas que consigam dar

conta de infraestrutura e logística, pois a falta desses elementos impede o avanço dos projetos.

A composição do ato de encerramento da Jornada demonstra o amplo apoio ao evento e à agroecologia como modelo de agricultura para o Brasil. Representando os movimentos sociais e entidades, estiveram o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Instituto Equipe de Educadores Populares, a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), a Organização de Direitos Humanos Terra de Direitos, CEMPO, o Movimento dos Pequenos Agricultores, a Rede de Educação da Reforma Agrária, a Assembleia Popular, o Levante Popular da Juventude e o Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (Cefuria). As brigadas internacionais vieram do Equador, Venezuela, Estados Unidos, Cuba, Peru, Argentina, Espanha, Bolívia, Colômbia, Paraguai, Uruguai, Haiti.

Do poder público local, estadual e nacional, estavam presentes representantes do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), o Instituto Agrônomo do Paraná – IAPAR, a Ouvidoria Agrária do Paraná, a Universidade Estadual de Londrina (UEL), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o Suoerintendente estadual do INCRA, o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, além da apoiadora da apoiadora da jornada de Agroecologia, Marcia Lopes, e do deputado federal Dr. Rosinha.

Documentos finais

Assim como nas outras dez edições, a carta final da 11ª Jornada de Agroecologia traz uma análise do último ano sobre a realidade da vida no campo hoje, para camponeses, indígenas e povos e comunidades tradicionais, e as consequências para a sociedade como um todo. O documento aponta que, em oposição ao campesinato e ao modelo agroecológico de produção, que carecem de políticas públicas estruturantes, os latifundiários e o agronegócio continuam recebendo generosas parcelas do recurso público.

A partir da crise econômica de 2008, novas formas de acumulação têm sido engendradas pelo sistema capitalista hegemônico, em um esforço de manter a lógica do lucro a qualquer custo. Estados e governos nacionais, empresas e organismos multilaterais passaram a ameaçar o direito à água, à alimentação, das mulheres e, de outro, por meio da “economia verde” e do “enverdecimento da tecnologia”, apresentando como solução à crise ambiental. Os mecanismos pelos quais se concretizam são mercados de carbono, de serviços ambientais, de compensações por biodiversidade e o mecanismo de REDD+ (Redução de emissão por desmatamento evitado e degradação florestal).

O documento apresenta oito pontos de reivindicações aos governos dos Estados e Federal: criação e implementação imediata de políticas públicas estruturantes à promoção da agroecologia; banimento de todos os agrotóxicos; manutenção da Moratória Internacional contra a liberação das tecnologias “terminator” – “exterminador”; garantia de política pública de proteção aos defensores e defensoras de Direitos Humanos ameaçados/as e combate à criminalização dos movimentos sociais e à violência e impunidade no campo; manutenção da exclusão do Estado paraguaio do

Mercosul e da UNASUL, enquanto não se restabelecer o governo de Fernando Lugo; não aprovação da PEC 215 que desmonta a política dos direitos indígenas; E manutenção do decreto que trata da regularização fundiária dos territórios quilombolas.

Resultado do processo de debate e participação da juventude na Jornada, também foi lida no ato de encerramento da jornada a Carta da Juventude, assinada por 14 movimentos e organizações sociais do campo e da cidade, além de oito brigadas internacionalistas. O documento afirma a necessidade do fortalecimento da organização enquanto juventude e da ampliação da articulação entre os Movimentos Sociais: “Precisamos nos constituir como protagonistas dos espaços em que estamos inseridos, a partir da auto-organização e da participação efetiva nos distintos espaços de luta, em consonância com as diretrizes das nossas organizações”.

Quatro moções foram aprovadas durante a plenária final, são elas: contra o golpe de estado do Paraguai e pela volta do presidente Lugo ao poder; em apoio aos trabalhadores do Inca, que estão em greve por melhores salários e condições de trabalho; em apoio à desapropriação da Fazenda Santa Filomena, que beneficiará 76 famílias residentes no acampamento Elias Gonçalves de Meura, em Planaltina/PR; e pela manutenção da unidade de pesquisa Valmir Mota Keno, destinada ao IAPAR, sem uso de agrotóxicos e transgênicos.

Governo anuncia troca do presidente do Inca. Kelly Matos – Folha de São Paulo, Poder. 20/07/2012

Motivo seria o baixo número de assentados

O governo anunciou ontem a troca no comando do Inca (Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária) após o órgão registrar baixo número de assentados no primeiro ano do governo Dilma.

O engenheiro Celso Lacerda deixa o posto. Em seu lugar, assume o economista Carlos Guedes, servidor do Inca e secretário-executivo-adjunto do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Segundo a Folha apurou, o governo estava insatisfeito com a lentidão no programa de reforma agrária.

Oficialmente, no entanto, o Desenvolvimento Agrário não confirma essa justificativa. De acordo com o ministério, a troca foi decidida "em conjunto entre o ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, e o presidente Celso Lacerda, como consequência do processo de transição".

Em sua gestão, a expansão da reforma agrária alcançou o nível mais baixo desde, ao menos, 1995. Dados do Inca mostram que, em 2011, o número de famílias assentadas foi 44% inferior ao recorde negativo anterior, de 2010.

Economista assume presidência do Incra. Bruno Peres – Valor Econômico. 20/07/2012

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) anunciou ontem que o economista Carlos Guedes, 41 anos, servidor de carreira do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), assumirá a presidência do órgão, em substituição a Celso Lacerda. Uma reunião com a finalidade de promover a transição entre as duas gestões será feita hoje em Brasília, com a participação do ministro Pepe Vargas. A posse do novo titular do Incra está prevista para terça-feira.

Guedes estava cotado para o posto desde a gestão anterior, quando o ministério foi comandado por Afonso Florence. Ele integra a corrente Democracia Socialista (DS), do PT, a mesma do atual ministro e de seu antecessor.

Ao **Valor**, o novo presidente do Incra falou sobre os cem primeiros dias de Vargas à frente do MDA. Destacou o lançamento do Plano Safra, as articulações para o novo Código Florestal e as propostas da Rio+20. "Eu já vinha compartilhando com o ministro o trabalho na condição de secretário-adjunto do MDA. Agora, pretendo dar continuidade ao que foi iniciado na gestão de Celso Lacerda".

Guedes também destacou "a ideia de uma gestão muito integrada" com "dois pilares muito fortes": fortalecimento da qualificação dos assentamentos existentes - segundo ele, essa é uma prioridade definida pela presidente Dilma Rousseff - e a criação de novos assentamentos.

Guedes é economista graduado pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. No MDA, ocupou os cargos de secretário extraordinário de Regularização Fundiária na Amazônia Legal e de coordenador-geral do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural.

Contag exige avanços na Reforma Agrária – Site da Contag. 20/07/2012

O Governo Federal anunciou nesta quinta-feira (19 de julho), a troca de comando do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Celso Lacerda será substituído por Carlos Guedes, que atualmente atua como secretário executivo adjunto do MDA.

O Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - MSTTR, coordenado pela CONTAG, avalia que esta mudança, realizada sem qualquer diálogo com os movimentos sociais que fazem a luta no campo, ocorre num cenário preocupante e revelador de falta de prioridade política para com a reforma agrária, demonstrada pela redução significativa do número de desapropriações e de famílias assentadas. Preocupa ainda, o fato de que esta mudança poderá interromper um processo que vinha sendo construído no Incra, visando promover mudanças necessárias na atual forma de implantação e na matriz produtiva e organizativa dos projetos de assentamentos.

A CONTAG exige, portanto, que junto com a troca de comando no Incra haja uma alteração da prática política atual, para trazer a reforma agrária para o centro da agenda de governo, avançando concretamente na democratização do direito à terra com ações

de desapropriação, regularização fundiária, crédito fundiário, dentre outras, além da estruturação dos assentamentos.

Para tanto, é fundamental reestruturar e fortalecer o INCRA para que este seja capaz de realizar a reforma agrária ampla e o ordenamento fundiário, essenciais para superar as desigualdades sociais e erradicar a pobreza no campo. A CONTAG espera, ainda, que o novo presidente mantenha o diálogo com a CONTAG, as Federações e Sindicatos, que acumulam uma história de luta pela terra e pelo desenvolvimento rural sustentável e solidário.

Ministério Público de Goiás entra com ação contra curso de Direito para assentados da reforma agrária – Site da CPT. 20/07/2012

Ministério Público Federal (MPF) pede a extinção da primeira turma do curso de Direito da Universidade Federal de Goiás (UFG) para assentados da reforma agrária, que acaba de se formar. Alguns dele já passaram no exame da OAB. O processo será julgado no próximo dia 27 de julho, no TRF. Veja como manifestar solidariedade e tentar impedir mais um golpe contra o povo do campo:

Nem só de defesa da cidadania, como diz a Constituição, vive o Ministério Público Federal. Muitas vezes, como agora, ele é o principal agente de ataques brutais contra ela.

A crueldade da vez: o MPF de Goiás entrou com uma ação pedindo a extinção da primeira turma do curso de Direito da Universidade Federal de Goiás (UFG) para filhos e filhas de assentados da reforma agrária e da agricultura familiar, que acaba de se formar. Alguns deles, inclusive, já até passaram no exame da OAB. Na prática, a ação objetiva evitar que a turma cole grau no curso que desde 2009 luta para não ser fechado pela Justiça.

A justificativa é a velha e mal fundamentada ideia de que uma turma exclusiva para assentados fere os princípios constitucionais da igualdade, da legalidade e da isonomia. Sem grandes delongas a respeito da já exaurida discussão a respeito das cotas em universidades, em defesa dos estudantes pesa o fato de que essa turma especial não reserva nem tira vagas na universidade. Pelo contrário, as amplia. Não há como falar em igualdade como se todos tivessem as mesmas condições de acessarem direitos. Em tempos de clamor popular pela ampliação e melhoria da educação brasileira, é tragicômica a ação elitista e conservadora do MPF/GO na tentativa de restringir, ao invés de lutar pela ampliação desse direito.

A UFG e o Incra, parceiros na iniciativa, recorreram, e agora a briga segue na Justiça.

Governo faz mudança para diminuir pressões do Incra. Roldão Arruda – O Estado de São Paulo, Política. 20/07/2012

Pouco mais de um ano após ter assumido a presidência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o agrônomo Celso Lacerda foi informado na quinta-feira de que será substituído. O ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe

Vargas, escolheu para seu lugar o funcionário de carreira da instituição Carlos Guedes de Guedes - que deve tomar posse no dia 24.

A substituição ocorre num momento delicado. Há uma greve de funcionários, que perdura há um mês e já atinge 28 das 30 superintendências regionais espalhadas pelo País, e está em curso a discussão de um projeto de reestruturação da autarquia, solicitada diretamente pela presidente Dilma Rousseff.

Lacerda é filiado ao PT e ocupa cargos comissionados no governo petista há nove anos. Não se alinha automaticamente com nenhuma das tendências internas do partido e chegou ao cargo graças, sobretudo, à sua proximidade com o Movimento dos Sem-Terra (MST), ao qual já prestou assessoria.

Seu substituto, funcionário de carreira do Incra, é petista e alinhado com a Democracia Socialista (DS), tendência que controla o MDA. Na partilha de poder feita entre as diversas tendências do PT em 2003, quando Luiz Inácio Lula da Silva chegou ao poder, esse foi o ministério que coube àquela tendência, situada mais à esquerda no espectro ideológico do partido.

Ameaçado

Lacerda assumiu o Incra por indicação da presidente Dilma, à revelia do então ministro Afonse Florence - petista baiano que, apesar de apadrinhado pela DS, teve que ser afastado por absoluta falta de afinidade com as atividades que lhe cabiam. Desde a ascensão do gaúcho Vargas, o presidente do Incra sabia que as suas chances de permanência eram pequenas.

Censo 2006 e a Reforma Agrária é lançado durante congresso da Sober – Site do MDA. 23/07/2012

O Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário (Nead/MDA) promove, nesta terça-feira, 24, às 16h, o lançamento do livro Censo 2006 e a Reforma Agrária: Aspectos metodológicos e primeiros resultados, de autoria de Vicente P. M. de Azevedo Marques, Mauro Eduardo Del Grossi e Caio Galvão de França. O evento acontece em Vitória (ES), durante o 50º Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (Sober).

O Nead manterá um estande no congresso para estabelecer um diálogo com pesquisadores que se relacionam com os temas propostos pelo evento. “O espaço é uma forma de divulgar a produção do Nead e incentivar, de forma privilegiada, reflexões acerca de pesquisas sobre reforma agrária e desenvolvimento rural”, explica o coordenador executivo do Nead, Guilherme Abrahão. O lançamento do livro contará com a presença de um dos autores, Mauro del Grossi.

A publicação faz parte da série Nead Debate e visa delimitar o universo dos beneficiários dos assentamentos da reforma agrária, destacando parâmetros como unidade de análise, origem dos estabelecimentos, condição do produtor em relação às suas terras, forma de obtenção das terras e localização dos projetos de assentamento. A

partir dessa definição e da combinação de variáveis censitárias, o livro apresenta dados quantitativos agregados e comparativos por unidade da Federação, região e do país, situando esse universo em relação ao conjunto do setor agropecuário abordado no Censo 2006, o mais recente.

“O livro é uma pesquisa que permite um olhar do Censo 2006 para o estabelecimento de novas diretrizes que organizem e possibilitem novas análises sobre a reforma agrária. Esse lançamento é muito estratégico porque são pesquisadores do meio rural que poderão utilizá-lo como fonte para suas próximas pesquisas”, ressalta Abrahão.

A partir de um minucioso estudo foi possível identificar, nos registros do Censo Agropecuário 2006, aqueles relativos aos assentamentos da reforma agrária e do crédito fundiário. Foram identificados 598 mil unidades produtivas, o que correspondia a cerca de 80% dos assentados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e do Crédito Fundiário naquele ano. Estas unidades produtivas ocupavam uma área de 29,5 milhões de hectares, equivalente a 12% dos estabelecimentos e 9% da área abarcada pelo Censo Agropecuário 2006. Estes registros abrangem os assentados do Incra e do Crédito Fundiário, as comunidades rurais tradicionais (quilombolas, extrativistas e outras), as populações ribeirinhas e os atingidos por barragens, entre outros.

O congresso

Com o tema Agricultura e Desenvolvimento Rural com Sustentabilidade, o 50º Congresso da Sober pretende contribuir com a busca pelo conhecimento técnico e científico para assegurar a produção agroalimentar farta e de qualidade, de forma socialmente justa e ambientalmente saudável. O objetivo é examinar e verificar, sob ângulo científico, processos sociais, dinâmicas econômicas, formas de gestão, contradições, desafios e perspectivas da produção e dos que produzem.

São 11 grupos de trabalho com temas que variam desde a Evolução e Estrutura da Agropecuária no Brasil até Ciência, Pesquisa e Transferência de Tecnologia. O tema Agricultura Familiar e Ruralidade será debatidos no grupo de trabalho 7 e vai abordar os processos de transformação social, econômica e cultural que afetam o espaço rural brasileiro, dando ênfase aos seus efeitos sobre as formas familiares de trabalho e produção.

Com o tema Políticas Sociais para o Campo, o grupo de trabalho 9 aborda o processo de constituição e os impactos das políticas de reforma agrária, geração e transferência de renda, além do tema da segurança alimentar no campo. Outro grupo de trabalho que terá como foco o campo é o 10, Desenvolvimento Rural, Territorial e Regional, que enfatiza a abordagem territorial do processo de desenvolvimento a partir do esforço para superar as limitações da concepção setorial.

A programação conta, ainda, com sessões organizadas, cursos e dez painéis. Um desses painéis, coordenado por Mauro Del Grossi, assessor do gabinete do MDA, debaterá o papel da agricultura familiar no desenvolvimento rural sustentável nos próximos dez anos, e contará com Carlos Mielitz Netto, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS); Gerd Sparovek, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiróz, da

Universidade de São Paulo (Esalq/ USP); José Garcia Gasques, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Nelson Delgado, do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA -UFRRJ); e Sérgio Paganini Martins, consultor do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Para saber mais sobre o 50º Congresso da Sober e consultar a programação completa, acesse aqui o site do evento.

Reforma Agrária: A reforma do homem, antes da reforma dos resultados. João Vicente Goulart – Site do MST. 23/07/2012

Não podemos mais no Brasil manter o atual modelo de distribuição fundiária que viemos operando para assentar contingentes humanos como se isto fosse reforma agrária. É urgente que assumamos uma mudança de atitude e comecemos aprender que a distinção de agricultura familiar com a agricultura empresarial da monocultura, possa vir a ser uma e outra, compatíveis com dois ministérios que se encarregam de ambas, com dois conceitos distintos no mesmo país, mas com um abismo de tratamento humano entre ambos os modelos de produção.

Não mais é possível conviver aceitando esta distinção, principalmente na exposição que a mídia faz na diferenciação dos dois modelos.

Enquanto a “reforma agrária”, assim descrita sem maiores explicações vem sendo combatida como ineficiente, a bancada ruralista vem obtendo triunfos políticos não só em nível do Código Florestal, mas também obtendo generosos financiamentos no desenvolvimento do crédito as “commodities”.

Empresas estrangeiras vêm se apossando através de participações societárias com brasileiros, de grande parte destas áreas aonde a monocultura empresarial vem obtendo resultados de produção diante da pífia produção da agricultura familiar, sem tecnologia nem orientação planejada da cadeia produtiva.

Ocorre que, o que está acontecendo no Brasil é uma mera distribuição de terras, e não uma reforma agrária propriamente dita, colocando-se contingentes humanos longe dos centros de consumo e sem a mínima assistência gerencial e de planejamento.

A reforma agrária tomou um caminho distinto ao que Jango em 1964 propunha ao país.

Reforma agrária não é somente dar um lote de terra ao “assentado” e esperar que esta família venha a competir com a alta tecnologia desenvolvida pelos “produtores rurais”. A reforma agrária significa muito mais que isto. Ela deve vir acompanhada de planejamento de produção, capacitação do agricultor, estudo de mercado, escoamento de produção, assistência técnica e extensão rural, irrigação, preparo de solo e principalmente conhecimento e preço mínimo do mercado consumidor.

A distribuição creditícia na agricultura familiar deve começar a mensurar também um

tipo de “investimento” no homem, ou seja, na capacitação da família que hora vai tornar-se um “novo agricultor familiar”, e fornecer como prioridade a assistência técnica e extensão rural que hoje se encontram prioritariamente a serviço dos grandes produtores, como a EMBRAPA e as EMATERs.

É claro que sem estes condicionantes, que farão o agricultor familiar começar a produzir e competir no mercado, continuaremos a ter estes contingentes humanos “assentados” e “desassistidos” terem como prioridade não a produção, e sim a sobrevivência, desmatando para vender lenha e cozinhar, agredindo o meio ambiente ou até cedendo parte de sua terra novamente ao latifúndio de produção pecuária ou monoculturista.

A reforma agrária tem que vir para o “novo produtor familiar” trazendo terra, é lógico, mas também escoamento, infraestrutura perto dos centros de consumo, qualificação agrícola, extensão rural, planejamento de produção mercadológica, irrigação, energia, investimentos, inclusive na sua capacitação do homem "ANTES" da amortização do crédito de investimento, seguro total do crédito de custeio, assistência técnica e principalmente prazo longo para sua verdadeira inserção na terra e no seio da produção familiar.

Este “APARTHEID” que estamos produzindo entre nossos dois tipos de produtores rurais, o empresarial e o familiar, entre MDA e MA, entre a mídia das “ocupações” de terras e as “assunções empresariais” inclusive por estrangeiros através de compras de territórios imensos de nossa soberania, é o que devemos moldar, com outros olhos e ações o desenvolvimento da nossa produção rural.

Em 1964 foi derrubado um governo que propunha a reforma agrária não nas grandes áreas longe dos mercados consumidores como hoje vemos em várias partes do país, mas sim nas áreas onde os investimentos públicos as tinham valorizado através de asfalto, ferrovias e açudes para o desenvolvimento de todos, à beira das estradas federais, à beira das barragens e à beira das ferrovias federais, perto dos centros de consumo e com escoamento propício.

Se em 1964 quando Jango propunha a reforma agrária, com 70% da população brasileira (65.000.000 de habitantes) morando no campo já se fazia difícil esta reforma, imaginem hoje onde apenas 25% dos nossos habitantes(195.000.000) permanecem ali residindo.

Atualmente, seriam os desempregados urbanos desses grandes centros, que retornariam para a “agricultura familiar”. O que torna imprescindível a qualificação deste contingente de seres humanos que passam a serem esquecidos nos assentamentos.

A história tem suas nuances, demora, mas a verdade aparece. 2014 não será somente o ano da Copa do Mundo. Teremos que refletir por que houve o golpe de Estado de 1º de abril de 1964 e por que continuamos a discutir a reforma agrária, a educacional, a da saúde pública, a tributária, a política, a bancária e, ultimamente, até a remessa de lucros que jazia esquecida, com a crise europeia terá que ser desenterrada.

Não podemos continuar a ser um país agrícola essencialmente exportador da monocultura, podemos, com investimento no homem da “agricultura familiar”, passar a produzir especiarias, fruticultura, hortigranjeiros e darmos dignidade àqueles que

necessitam voltar á terra para desafogar o desemprego dos cinturões das grandes cidades.

Vamos investir no homem, reformar o homem, e transformá-lo de fato, em nosso agricultor familiar

Guedes assume o Incra e o desafio de integrar a reforma agrária com políticas do governo – Site do MDA. 24/07/2012

O economista Carlos Guedes de Guedes, 41 anos, é o novo presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Guedes tomou posse na manhã desta terça-feira, 24, e assumiu o desafio de integrar as políticas públicas de combate à extrema pobreza nos assentamentos da reforma agrária. “Essa foi a tarefa que o ministro (Pepe Vargas) me incumbiu e que nós vamos cumprir”, afirmou. A gestão, segundo ele, será baseada em quatro principais pilares: qualificação dos assentamentos, acesso à terra, governança fundiária e articulação com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e com o projeto nacional de desenvolvimento.

Guedes assume o cargo antes ocupado por Celso Lacerda, que ficou à frente da autarquia por um ano e quatro meses. “Saio bastante feliz por ter contribuído com esse projeto de distribuir terra, preservar a identidade cultural das comunidades rurais e de criar estratégias para mantê-las no campo”, disse, em tom de despedida.

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, participou da cerimônia de posse e ressaltou a necessidade da política de reforma agrária caminhar integrada com os programas de inclusão produtiva do governo federal. “Nós queremos que essa direção dê continuidade ao processo de acelerar cada vez mais a obtenção de terra neste país, qualifique os assentamentos e fortaleça as organizações econômicas desses assentamentos. Nós não temos a menor dúvida de que a agricultura familiar ocupa um papel estratégico no processo nacional de desenvolvimento”, disse Pepe Vargas.

O ministro ainda se colocou à disposição para apoiar a gestão do novo presidente e elogiou o trabalho prestado por Lacerda. “Quero agradecê-lo pela contribuição que deu para que milhares de brasileiros passassem por um processo de inclusão produtiva por meio das políticas públicas do Incra”, falou. Guedes também reconheceu que as atividades que serão desenvolvidas sob seu comando terão uma melhor qualidade graças ao empenho de seu antecessor.

Passos

Em seu discurso de posse, o novo presidente do Incra falou sobre a necessidade de diferenciar os assentamentos da reforma agrária de acordo com a região e com a produtividade da unidade para executar ações conforme essas necessidades. “Podemos apoiar os assentamentos em desenvolvimento, bem como ter uma estratégia para os que estão em situação de extrema pobreza”, exemplificou. Guedes também destacou a importância de se criar um sistema nacional de bancos de dados fundiários para subsidiar políticas públicas para o campo. “Será fundamental para sabermos o potencial de desenvolvimento do nosso país.”

Segundo ele, o diálogo com os servidores do Incra será ampliado nesta gestão. “Queremos, inclusive, que representantes da categoria tenham um assento dentro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf)”, salientou. Guedes finalizou sua fala com uma frase da poetisa Cora Coralina: “tudo o que merece ser feito, merece ser bem feito”. “E assim faremos!”, garantiu.

Mudança no Incra reacende luta interna no PT. Caio Junqueira e Tarso Veloso – Valor Econômico. 24/07/2012

O novo presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Carlos Guedes, assume hoje o cargo sob críticas de setores do PT que apontam concentração de poder de correntes internas do partido ligadas ao diretório gaúcho e de movimentos sociais que se sentiram alijados do processo de escolha.

Ele toma o lugar de Celso Lacerda, ligado ao deputado Dr. Rosinha (PT-PR), e que chegou ao cargo com o apoio de entidades que lutam por reforma agrária no país. Segundo seus integrantes, desde o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva elas participaram da escolha dos dirigentes do Incra.

No caso de Guedes, apontam, isso não ocorreu. Com experiência na área -coordenou alguns dos principais programas federais da Pasta- foi escolha pessoal do ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, ligado à corrente interna petista Democracia Socialista (DS), do Rio Grande do Sul. Com a nomeação, fez com que o grupo assuma o controle absoluto dessa área do governo federal, tendo às mãos o MDA e o Incra ao mesmo tempo. Algo inédito desde a posse de Lula.

Militante do Movimento Sem-Terra (MST) e coordenador do núcleo agrário da bancada do PT na Câmara, o deputado Valmir Assunção (BA) é dos críticos mais incisivos da substituição. "Essa mudança não tem explicação. Não ajuda, não fortalece o Incra, não acelera o processo de reforma agrária. Pela primeira vez, o Incra vai ter um presidente da DS. A substituição pegou todos de surpresa", disse ontem.

Assunção disse que Lacerda apresentou "uma série de mudanças que seriam feitas" e que com a mudança "todo esse cronograma irá se atrasar". "A reforma agrária está paralisada e agora temos o resto do ano perdido porque vai querer justificar que precisa fazer um diagnóstico da situação".

A crítica é respaldada pelas entidades. Segundo dados da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), entre 2010 e 2011 a queda no número de novos assentamentos foi de 44%. Em 2010, foram assentadas 39.479 famílias. No ano passado foram 22.021, o menor número desde que o Incra passou a consolidar os números, em 1994.

O novo secretário de Política Agrária da Contag, Willian Clementino, disse que o governo não consultou os movimentos sociais sobre a mudança e que a troca de nomes não deve acelerar o processo de assentamento. "A política de reforma agrária está praticamente parada. O governo não dá a importância que a área merece", declarou. O

MST também faz uma avaliação negativa. "Em 2012 ainda não tivemos nenhuma família assentada. Hoje, o que se vê é uma paralisia geral no governo. Estamos decepcionados com a presidente Dilma."

Ministro do Desenvolvimento Agrário no segundo mandato de Lula, Guilherme Cassel, que integra o mesmo grupo político de Pepe e Guedes, elogia a nomeação. "É um quadro raro, muito inteligente e inventivo. O problema é que a reforma agrária se desconectou da agenda do desenvolvimento pois avançou muito na última década. Os movimentos sociais não conseguiram reciclar seu discurso, insistem em uma agenda de conflito. Quando eu era ministro o presidente do Incra era de outro grupo e isso não influenciou em nada no trabalho", afirmou ele, que hoje é diretor de crédito do Banrisul.

O ex-ministro do Desenvolvimento Agrário de Dilma, Afonso Florence, deputado federal pelo PT baiano e integrante da DS, também refutou as críticas, mesmo tendo sido um dos responsáveis pela escolha de Lacerda. "Guedes sempre foi cogitado. É um ótimo nome. Não há nessa escolha componentes explosivos ou litigiosos em relação a grupos partidários internos."

Ele também contesta a avaliação negativa sobre a reforma agrária no governo Dilma. "2011

foi um ano de contingenciamentos e mesmo assim executamos R\$ 790 milhões de um orçamento de R\$ 530 milhões. Há uma orientação do governo para que as terras sejam mais qualificadas, com mais estrutura, o que também as torna mais caras e o processo, mais lento."

Cadê a Reforma Agrária? João Pedro Stedile – Site do MST. 24/07/2012

A expressão reforma agrária está no senso comum das pessoas, de que é o ato de desapropriação de latifúndios e a distribuição de terras para trabalhadores sem-terra. E está parcialmente correto. Como conceito mais amplo, reforma agrária é o conjunto de políticas do estado, que implanta um amplo programa de desapropriação das maiores propriedades, e as distribui para os trabalhadores sem terra, promovendo o acesso à terra, como bem da natureza, e provocando um processo de democratização da propriedade da terra na sociedade. Quanto mais concentrada a propriedade da terra num país, mais injusta e anti-democrática é a sociedade.

No Brasil, nunca tivemos um programa de reforma agrária verdadeiro. E o resultado é que somos a segunda sociedade de maior concentração da propriedade da terra, do mundo, medido pelo índice de *Gini*. Só perdemos para o Paraguai, onde as oligarquias rurais acabam de dar um golpe de estado.

O que houve no Brasil depois da redemocratização foram desapropriações pontuais, de alguns latifúndios, e um programa mais amplo de colonização de terras públicas na Amazônia, que não afetaram a estrutura da propriedade da terra.

Essas desapropriações de latifúndios que oscilam de governo a governo, tem sido muito mais fruto da pressão social dos movimentos, do que de um amplo programa de reforma agrária dos governos.

Assim, entra governo, sai governo, e a luta pela reforma agrária continua... sempre igual. Durante os governos Lula e Dilma, os movimentos sociais achavam que a reforma agrária, enquanto programa de governo poderia avançar. Mas infelizmente seguiu a mesma lógica. Só anda, nas regiões e locais aonde houver maior pressão social.

Mas como explicar que dois governos originários de longas lutas sociais das ultimas duas décadas não tenham avançado para um verdadeiro programa de reforma agrária? Podemos encontrar diversas explicações de acordo com a ótica ou leitura ideológica que tivermos. Cada quem tem o direito de construir a sua.

Arrisco apresentar algumas. Esses governos ascenderam ao poder executivo, fruto de alianças amplas, que lhes deram vitória eleitoral, mas não se constituíram em hegemonia política suficiente para construir mudanças estruturais na sociedade brasileira. Esses governos não foram frutos de um amplo processo de mobilização de massa. Chegaram ao governo, já num período histórico de refluxo das lutas sociais, e portanto, sem força da base, e ficaram reféns das artimanhas das elites.

As elites cederam parte do poder executivo, mas mantém controle quase absoluto do poder judiciário, do legislativo, das polícias e sobretudo mantém a hegemonia ideológica através do controle da mídia.

Há uma ofensiva do grande capital sobre o processo produtivo da agricultura, resultado de uma aliança entre os fazendeiros e as empresas transnacionais que produziram o agronegócio. Esse modelo está dando certo para essa minoria de capitalistas, dá lucro, aumenta a produção, e com isso aumentaram os preços e a renda da terra. E os governos, infelizmente, se encantaram com o sucesso, dos outros!

Falta ao governo, à sociedade e às forças populares em geral, um projeto de país. E sem um projeto claro, de que tipo de desenvolvimento econômico, social, político e ambiental vamos construir para nosso país, não há possibilidades de um programa de reforma agrária. Pois a reforma agrária, como programa de governo é apenas um meio para o desenvolvimento da agricultura, das forças produtivas e da solução dos problemas sociais do campo, de acordo com o projeto maior de desenvolvimento.

Não há pois, na sociedade brasileira um debate sobre qual o melhor caminho para solucionar os graves problemas que ainda afetam o povo: a desigualdade social, a má distribuição de renda, a educação, a falta de moradia, e a má distribuição das terras.

O Governo Dilma continua refém de suas alianças conservadoras. Continuam refém da falta de debate sobre projeto para o país. Continua refém de desvios tecnocráticos, como se assentamento de sem-terra fosse apenas problema de orçamento publico. Continua refém de sua pequenês.

Enquanto isso os problemas da agricultura, os problemas sociais no interior, continuam aumentando. E não adianta escondê-los com falsas propagandas ou iludir-se com falsas estatísticas de puxa-sacos de plantão.

Por sorte, a história não para, e algum dia o povo voltará a se mobilizar...

Violações de direitos humanos no Quilombo Rio dos Macacos são denunciadas aos Organismos Internacionais – Site da CPT. 25/07/2012

Com as denúncias, a expectativa é que a ONU, OIT e OEA pressionem o Estado brasileiro a reconhecer o território do Quilombo Rio dos Macacos e suspender reintegração de posse marcada para o dia 01 de agosto.

Entidades de defesa de direitos humanos apresentam nesta terça-feira, dia 24/07, às Organizações das Nações Unidas (ONU), à Organização Internacional do Trabalho (OIT) e à Organização dos Estados Americanos (OEA) o documento que aponta e denuncia diversas violações de direitos humanos cometidas pela Marinha do Brasil contra a Comunidade Quilombola Rio dos Macacos, na Bahia.

O Quilombo Rio dos Macacos, localizado no bairro de São Tomé de Paripe, no limite da cidade de Simões Filho e Salvador, é formado por 70 famílias que vivem tradicionalmente no local há mais 150 anos. A área tornou-se palco de uma disputa judicial e territorial a partir da década de 60, com a doação das terras pela Prefeitura de Salvador à Marinha do Brasil. Atualmente, o território é alvo de uma ação reivindicatória proposta pela Procuradoria da União, na Bahia, que pediu a desocupação do local para atender as necessidades futuras da Marinha.

No início do ano, o conflito se intensificou e assumiu ampla repercussão nacional e internacional por envolver, de um lado, a resistência das famílias para permanecerem em seu território, e do outro, graves violações de direitos em suas dimensões políticas, sociais, culturais, econômicas, ambientais e históricas, todas protagonizadas pelo Estado brasileiro.

Entretanto, a resistência das famílias vem garantindo passos importantes na luta pela permanência em seu território. No último dia 17, a Defensoria Pública da União na Bahia (DPU/BA) entrou com um pedido de suspensão do processo que ordena a retirada das famílias da área. O INCRA também deve enviar à Brasília, nesta semana, o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) que reconhece a região como quilombo, para publicação em Diário Oficial da União (DOU) e assinatura da presidente Dilma Rousseff.

As famílias quilombolas e entidades de Direitos Humanos acreditam que a entrega do dossiê aos organismos internacionais fortalecerá a luta pelo reconhecimento do território da comunidade. A expectativa é que após as denúncias, os organismos pressionem o Governo Federal, Estadual (BA) e o Poder Judiciário a reconhecerem o território do Quilombo Rio dos Macacos e suspender a reintegração de posse marcada para o dia 01 de agosto.

O documento apresentado contém 17 páginas que trazem um conjunto de informações sobre a história do quilombo, a luta na esfera judicial e diversos relatos dos moradores e moradoras sobre o cotidiano de ameaças e atos de violência praticados por militares da Marinha. O documento reivindica também o cumprimento de um conjunto de direitos básicos e fundamentais que, em consequência do conflito, não são garantidos à

comunidade, como acesso à escola, postos médicos, à água potável, saneamento, energia elétrica, moradia digna, liberdade de associação, direito de ir e vir.

Na ONU, o documento será encaminhado em caráter de urgência ao Alto Comissariado para os Direitos Humanos; para a Relatoria Especial sobre moradia adequada; o Grupo de Trabalho sobre pessoas de ascendência africana; a Relatoria Especial em matéria de direitos culturais; Relatoria Especial sobre os direitos à liberdade de reunião pacífica e de associação; para a Perita Independente sobre as questões das minorias; Relatoria Especial sobre formas contemporâneas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata; Relatoria Especial sobre o direito humano à água potável e ao saneamento e para a Relatoria da Defensores de Direitos Humanos.

Guedes assume o Incra e o desafio de integrar a reforma agrária com políticas do governo – Site do INCRA. 25/07/2012

O economista Carlos Guedes de Guedes, 41 anos, é o novo presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Guedes tomou posse na manhã desta terça-feira, 24, e assumiu o desafio de integrar as políticas públicas de combate à extrema pobreza nos assentamentos da reforma agrária. “Essa foi a tarefa que o ministro (Pepe Vargas) me incumbiu e que nós vamos cumprir”, afirmou. A gestão, segundo ele, será baseada em quatro principais pilares: qualificação dos assentamentos, acesso à terra, governança fundiária e articulação com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e com o projeto nacional de desenvolvimento.

Guedes assume o cargo antes ocupado por Celso Lacerda, que ficou à frente da autarquia por um ano e quatro meses. “Saio bastante feliz por ter contribuído com esse projeto de distribuir terra, preservar a identidade cultural das comunidades rurais e de criar estratégias para mantê-las no campo”, disse, em tom de despedida. O ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, participou da cerimônia de posse e ressaltou a necessidade da política de reforma agrária caminhar integrada com os programas de inclusão produtiva do governo federal. “Nós queremos que essa direção dê continuidade ao processo de acelerar cada vez mais a obtenção de terra neste país, qualifique os assentamentos e fortaleça as organizações econômicas desses assentamentos. Nós não temos a menor dúvida de que a agricultura familiar ocupa um papel estratégico no processo nacional de desenvolvimento”, disse Pepe Vargas.

O ministro ainda se colocou à disposição para apoiar a gestão do novo presidente e elogiou o trabalho prestado por Lacerda. “Quero agradecê-lo pela contribuição que deu para que milhares de brasileiros passassem por um processo de inclusão produtiva por meio das políticas públicas do Incra”, falou. Guedes também reconheceu que as atividades que serão desenvolvidas sob seu comando terão uma melhor qualidade graças ao empenho de seu antecessor.

Passos

Em seu discurso de posse, o novo presidente do Incra falou sobre a necessidade de diferenciar os assentamentos da reforma agrária de acordo com a região e com a produtividade da unidade para executar ações conforme essas necessidades. “Podemos apoiar os assentamentos em desenvolvimento, bem como ter uma estratégia para os que

estão em situação de extrema pobreza”, exemplificou. Guedes também destacou a importância de se criar um sistema nacional de bancos de dados fundiários para subsidiar políticas públicas para o campo. “Será fundamental para sabermos o potencial de desenvolvimento do nosso país.”

Segundo ele, o diálogo com os servidores do Incra será ampliado nesta gestão. “Queremos, inclusive, que representantes da categoria tenham um assento dentro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf)”, salientou. Guedes finalizou sua fala com uma frase da poetisa Cora Coralina: “tudo o que merece ser feito, merece ser bem feito”. “E assim faremos!”, garantiu.

Pepe Vargas nega ter favorecido corrente do PT em nomeação para o Incra. Tarso Veloso e Caio Junqueira – Valor Econômico. 25/07/2012

Carlos Guedes, novo presidente do Incra, é defendido pelo ministro: "O governo não trabalha com a lógica das correntes"

Em discurso durante a posse do novo presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, rejeitou que a indicação de Carlos Guedes, uma escolha sua, fortaleceria a corrente interna petista Democracia Socialista (DS), do Rio Grande do Sul. "O governo não trabalha com lógicas de correntes partidárias. É claro que elas existem, mas não dentro do ministério", defendeu Vargas.

Pepe Vargas e o ex-presidente do Incra, Celso Lacerda, trocaram elogios e tentaram mostrar que o clima entre os dois é bom. "Obrigado, Celso, pelo trabalho. Foram 4 meses juntos, mas ficou claro sua competência e lealdade", disse. Lacerda retribuiu: "Reitero minha confiança no projeto e agradeço a todos por acreditarem nele. Nesse período, passei a admirar o ministro Pepe Vargas".

Na edição de ontem, o **Valor** mostrou que a sucessão no Incra reacendeu a luta interna das correntes petistas. Além disso, movimentos sociais do campo reclamam por não terem sido consultados sobre a troca no comando do Incra.

Trabalhadores em greve lotaram o auditório e entregaram panfletos com reivindicações. Segundo o material, os servidores querem o "fortalecimento das carreiras, visto não haver justificativa para a discrepância entre os salários pagos para os servidores do Ministério da Agricultura e do Ministério do Desenvolvimento Agrário".

Pepe Vargas disse que é necessário unificar as políticas públicas dentro dos assentamentos para dar mais qualidade de vida aos produtores. O ministro afirmou ainda que o governo brasileiro tem retirado da iniciativa privada, e levado adiante, a responsabilidade de prestar melhores serviços à população.

"O governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da presidente Dilma Rousseff tem paulatinamente resgatado as responsabilidades do Estado brasileiro para prestar melhores serviços à população. Nossa obrigação é integrar programas como Água para Todos, Minha Casa Minha Vida, Programa Nacional de Habitação Rural, Pronacampo e Luz para Todos", disse Vargas.

A ministra do Desenvolvimento Social, Teresa Campello, também esteve presente ao evento.

Stedile: Três projetos estão em disputa para a América Latina – Site do MST. 26/07/2012

Essa entrevista de João Pedro Stedile, o coordenador do MST, aparentemente foi feita mas não interessou ao jornal que deveria publicá-la.

Por isso, suprimimos as perguntas:

Conjuntura na América Latina

A América Latina está vivendo uma conjuntura positiva para a classe trabalhadora em geral, pois saímos da hegemonia total dos Estados Unidos e do neoliberalismo com a eleição de diversos governos progressistas em todo o continente. E, agora, há uma disputa permanente do futuro do continente ao redor de três projetos ou propostas.

O primeiro é a retomada da ofensiva dos Estados Unidos, que quer recolonizar a região e transformá-la apenas em fornecedora de matérias primas e energia para ter lucro máximo para suas empresas que por aqui operam. Há um segundo projeto que defende uma integração continental, sem os americanos, mas ainda nos marcos dos interesses das empresas capitalistas. E há um terceiro projeto, que nós chamamos de ALBA (Alternativa Bolivariana Para a América), que se propõe a fazer uma integração econômica, política e cultural, que juntasse governos progressistas com as organizações populares.

Essas três propostas se enfrentam todos os dias em todos os espaços. A cada eleição presidencial, haverá candidatos dos três projetos. A vitória de [Fernando] Lugo (presidente deposto do Paraguai), fortalecia o projeto dois e três, e representava um alento para a região do Cone Sul, pois derrotou as oligarquias paraguaias depois de 60 anos de ditadura do partido colorado. Eles tentaram derrubá-lo em 23 outros processos de impeachment e somente conseguiram derrubá-lo agora, quando os serviços de inteligência e os interesses econômicos dos Estados Unidos se envolveram e ajudaram a preparar esse golpe de estado, que teve uma unidade impressionante em termos econômicos, políticos e midiáticos.

Movimentos sociais

Os movimentos sociais, no sentido genérico, que envolve todas as formas de organização da classe trabalhadora — desde o movimento sindical, popular, até a luta por moradia, por saúde, de luta pela terra e etc —, devem continuar com sua missão histórica que é organizar o povo para que ele lute por melhores condições de vida, pela defesa de seus interesses e por um novo projeto de sociedade. Os movimentos têm um papel fundamental, pois sem a organização popular na base e sem consciência de classe, não será possível fazer mudanças estruturais na sociedade e nem institucionais nos espaços do poder Legislativo e Executivo quando elegermos nossos representantes.

Assentamentos da reforma agrária

Há uma situação da condição humana que faz com que em qualquer novo espaço, território, assentamento, condomínio ou bairro, nem todas as pessoas se adaptem. A FAO (organização das Nações Unidas) tem um estudo que aponta que em qualquer mudança de moradia, há uma desistência média de 15% das pessoas, inclusive nos edifícios de luxo!

Nos assentamentos do MST, e também nos novos edifícios dos bairros da cidade, tem desistências, trocas, mudanças, que, portanto, são naturais que ocorram. No caso do MST, as desistências são maiores na região amazônica, aonde às vezes não tem estrada, escola, nenhum atendimento de saúde, e aí as famílias não aguentam e desistem. Aqui na região Sul e Sudeste, acontece um movimento inverso. Há algumas desistências, mas o número de novas pessoas que vão morar no assentamento é maior do que a desistência, porque as famílias levam os parentes para morar no mesmo lote.

Nós lutamos e conseguimos colocar na Constituição que, no caso da reforma agrária, a família camponesa recebe apenas um título de concessão de uso familiar. Em nome da mulher e do homem. E eles não podem vender. Portanto, mesmo quando há desistências, o que acontece são trocas de lotes, ou, no máximo, o desistente vende as benfeitorias que fez como a casa, animais e repassa o lote pro Incra colocar outra família.

O socialismo

Não só é possível como é necessário. O Socialismo é uma proposta da classe trabalhadora para construir uma sociedade mais justa e igualitária, aonde todos tenham direitos e oportunidades iguais, e aonde a riqueza seja distribuída de acordo com o trabalho de cada um. No fundo, todas as pessoas de boa vontade defendem esse sonho, ainda que não tenham claro como será. Portanto, as sociedades do futuro serão socialistas. O capitalismo é o modelo do passado, da exploração, da concentração de riqueza, da desigualdade social, da humilhação. E por mais que a burguesia, alguns exploradores e seus porta-vozes na mídia e na sociedade achem que vai ser eterno, um dia vai desmoronar. Disso não tenham dúvidas.

Num passado recente, desde os tempos da ditadura e até o neoliberalismo, a classe dominante no campo era controlada pelos latifundiários atrasados. E cada vez que havia algum conflito trabalhista ou de ocupação de terra, ou tentativa de despejo de posseiros antigos, os latifundiários usavam da violência física e procuravam eliminar as lideranças dos trabalhadores. Para se ter uma ideia, de 1984 a 2004, já na democracia formal, foram assassinados mais de 1.600 lideranças, e apenas 80 culpados foram a julgamento.

Na última década, a classe dominante no campo se transformou e agora quem manda são empresas transnacionais e fazendeiros modernos. Então a forma de repressão vem mudando. Em vez de assassinatos, eles nos criminalizam, nos reprimem através do poder judiciário e da imprensa. Esses são os dois poderes sobre os quais eles têm controle absoluto. Não precisam mais matar.

Vejam o que fizeram conosco no caso da ocupação da fazenda grilada pela Cutrale, em Iaras. A fazenda pertence à União e o Incra pediu despejo da empresa. Nós ocupamos. A Cutrale, aliada com a Coca-Cola, a Globo e o governo [José] Serra (então governador de São Paulo), organizaram uma campanha midiática que transformou os pobres sem-terras

em demônios devastadores de laranja! Vejam o que fizeram no caso de Pinheirinho, em São José dos campos. Uma área de empresa falida e corrupta. E lá se juntaram as mesmas forças. Não houve mortes. Mas houve um massacre ideológico, político e as famílias perderam as casas depois de oito anos de trabalho honesto.

O MST

O MST tem um papel histórico de seguir organizando de forma autônoma os pobres do campo, que lutam por terra, por trabalho, por melhores condições de vida. Infelizmente o agronegócio, que está mancomunado com o poder econômico, de quem é sócio, com os meios de comunicação, criaram uma ilusão na sociedade brasileira de que o agronegócio é solução. E escondem que ele aumenta a produtividade expulsando milhares de trabalhadores, usando venenos de forma intensiva, que transformou o Brasil no país que mais usa venenos e que tem alimentos mais contaminados no mundo. E isso gera câncer em 400 mil pessoas por ano no Brasil.

Ou seja, o agronegócio dá lucro, produz, mas para meia dúzia de fazendeiros e empresas transnacionais. Por outro lado, nos temos 4 milhões de famílias camponesas, pobres, sem terra, sem trabalho, muitos morando nas periferias das cidades do interior. Nós temos 10 milhões de analfabetos no interior do país. Nós temos 5 milhões de famílias que vivem no interior e que dependem do Bolsa Família para comer! Então nós temos muito trabalho pela frente. Organizar os pobres do campo. Está difícil, mas continuaremos incansáveis o nosso trabalho até que a classe trabalhadora como um todo se dê conta das mudanças necessárias no país, e possamos debater um novo projeto pro país, como fizemos, a partir das lutas sociais da região do ABC, na década de 79 a 89.

No passado, a expressão reforma agrária era entendida por muitos apenas como desapropriação de uma fazenda e distribuição dos lotes de terra. Essa reforma agrária funcionava quando o modelo econômico era dominado pelas indústrias. E, portanto, os camponeses se integravam com a indústria e conseguiam sair da pobreza. Era a chamada reforma agrária clássica, que a maioria dos países industrializados fizeram.

Agora, o capitalismo dominante é do capital financeiro e das empresas transnacionais, também na agricultura. O chamado agronegócio. Assim, eles conseguem aumentar o lucro e a produção sem os camponeses. Por isso que muitos de seus porta-vozes dizem que não precisa mais reforma agrária. Não precisa para eles ganharem dinheiro. Mas precisa reforma agrária para resolver os problemas dos pobres do campo. Agora, nós precisamos de um novo tipo de reforma agrária. Uma reforma agrária que comece na distribuição de terras, mas que organize cooperativas de produção para instalar agroindústrias nos assentamentos e no interior. Porque é isso que aumenta a renda e tira da pobreza.

Uma reforma agrária que adote a matriz tecnológica da agroecologia produz alimentos saudáveis, sem veneno, e sem alterar o equilíbrio do meio ambiente. Uma reforma agrária que distribua educação. Portanto, teríamos que instalar mais escolas fundamentais e de Ensino Médio em todo interior, para criar alternativas para a juventude e levar o conhecimento pro interior. Imaginem que nos últimos 20 anos, foram fechadas –repito, fechadas!– 25 mil escolas no meio rural. Nós precisamos abrir escolas e não fechar. Por isso nossa luta ficou mais difícil e demorada, porque agora temos que lutar por um outro

de desenvolvimento agrícola e derrotar o agronegócio. O agronegócio é o modelo do lucro, do capital. Nós queremos uma reforma agrária popular, de outro tipo.

As eleições

O MST teve o mesmo comportamento desde a sua formação em relação às eleições. Nós não devemos nos comportar como partido e indicar candidatos. Os nossos militantes que têm vocação política devem entrar em partidos políticos e fazer as disputas lá. Nós mantemos autonomia dos partidos e dos governos. Mas como nossos militantes têm consciência social, e como procuramos fazer trabalho de conscientização com nossa base, é evidente que o resultado é que nossa base e militância sempre procura fazer campanha, no período eleitoral, para eleger os candidatos mais populares, mais progressistas, de esquerda, e que estejam comprometidos com o povo. E aí em cada região tem as realidades partidárias diferenciadas, em que esse perfil de candidato aparecem em diversos partidos.

Os governos Lula e Dilma não são governos do PT. Participam dele muitos partidos, inclusive alguns conservadores e oportunistas. Não é um governo de esquerda, na minha opinião; é um governo progressista. E evidentemente que foi muito importante elegermos para derrotar os candidatos neoliberais, que representavam apenas os interesses do grande capital e das empresas transnacionais. Na minha opinião, os governos têm essa característica, em primeiro lugar, porque se elegeram num período histórico de descenso do movimento de massas, em que a classe trabalhadora, depois de 89-95, havia sido derrotada política e ideologicamente. E, portanto, não disputou nas ruas, com lutas e mobilizações, o governo. Tanto é que a principal forma de fazer campanha nesse período tem sido apenas a televisão. E os partidos brigam muito pelos minutos de televisão.

Em segundo lugar, a vitória eleitoral só foi possível porque foi construída uma aliança interclassista, com diferentes interesses de classe dentro do governo. Interesses que estão dentro de cada ministério, e que às vezes são até antagônicos. E em terceiro lugar, sua natureza é determinada porque os movimentos populares, os partidos e a sociedade brasileira em geral carecem de um projeto pro país. Desde 1989, nós paramos de debater um projeto pro país. E na ausência de um programa histórico, de um projeto, os partidos e seus políticos vão agindo apenas na base do pragmatismo, ou resolvendo os problemas cotidianos da administração pública.

Terra Legal entrega mais de 1,2 mil títulos na Amazônia – Site do MDA. 27/07/2012

Durante os seis primeiros meses deste ano, o Programa Terra Legal, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), entregou 1.289 títulos definitivos de propriedade para agricultores familiares ocupantes de glebas federais nos 9 estados que compõem a Amazônia Legal - Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

“Com o trabalho do Terra Legal, estamos garantido a titulação dos posseiros de áreas federais ao mesmo tempo que garantimos para o país o conhecimento sobre a malha fundiária amazônica, o que permite o desenvolvimento e amplia a soberania sobre essas

áreas”, afirma o secretário extraordinário de Regularização Fundiária na Amazônia Legal, Sérgio Lopes.

Outra importante área de atuação do Terra Legal é a regularização de cidades, povoados e comunidades que estão dentro de glebas federais. Somente nos primeiros seis meses de 2012, o programa do MDA já emitiu 35 títulos para prefeituras de cinco estados da Amazônia – Acre, Maranhão, Pará, Rondônia e Tocantins –, totalizando o repasse de mais 4,4 mil hectares da União para 22 municípios, beneficiando 129 mil brasileiros.

Para o secretário extraordinário do MDA de Regularização Fundiária na Amazônia Legal, a titulação urbana é uma ação de grande importância. “Quando emitimos um título urbano resgatamos a cidadania dos moradores daquela localidade, que agora tem a condição de acessar programas e políticas públicas de crédito e incentivo”, ressalta Lopes que ainda realçou o avanço no processo de regularização fundiária urbana. “Já atingimos cerca de 20% da demanda de títulos urbanos, com a entrega deste títulos. Chegamos a 106 áreas federais repassadas para 56 municípios da Amazônia Legal, beneficiando mais de 2,8 milhões de pessoas”.

Para Lopes, o principal desafio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) é consolidar um novo modelo de desenvolvimento para a região. “Por sua dimensão territorial e diversidade cultural, as políticas públicas para a região amazônica devem estar inseridas em um projeto de desenvolvimento nacional, que respeite o bioma e atue tanto na preservação quanto no desenvolvimento”, salienta.

Ação combinada

Para a superintendente de Regularização Fundiária na Amazônia Legal, Shriley Nascimento, a ampliação das ações combinadas ajudou o programa a andar com maior velocidade neste primeiro semestre. “Com a realização de forças-tarefa, temos conseguido emitir os títulos no interior da Amazônia. Isso só foi possível devido às parcerias com a Conjur do MDA, com os governos dos estados e municípios e com a sociedade civil”, destaca, ao lembrar das forças-tarefa promovidas pelo Terra Legal em Rondônia e no Maranhão.

Simplificação do processo de titulação rural

Os bons resultados alcançados pelo programa neste primeiro semestre, são fruto do esforço da equipe em todos os estados e da simplificação do processo de titulação para as propriedades da agricultura familiar. O processo de simplificação foi definido pela portaria nº23 do MDA, publicada no dia 10 de abril. “Construímos em parceria com os estados e com Grupo Executivo Intergovernamental (GEI), mudanças no processo de regularização para dar mais celeridade, simplificando os processos de regularização fundiária e titulação dos imóveis menores, de até quatro módulos fiscais, de característica familiar”, aponta o secretário extraordinário do MDA de Regularização Fundiária na Amazônia Legal.

Outra mudança que vai contribuir para agilizar o processo de titulação é a adoção, por parte do programa, de separação dos processos em níveis para a emissão de títulos rurais. De acordo com a nova organização, os processos vão ser divididos utilizando o

tamanho da propriedade a ser beneficiada com o título definitivo e a situação em que o processo se encontra. São três níveis: verde - para propriedade até um módulo fiscal e que tem sua documentação em situação regular – onde o processo acontece inteiramente nos escritórios estaduais do programa e a aprovação é toda digitalizada; Amarelo – inclui as propriedades entre 1 e 4 módulos fiscais – onde o processo é concluído nos estados mas a aprovação final ocorre em Brasília; e o nível vermelho – para propriedades entre 4 e 15 módulos – onde todo o processo tramita na capital federal.

Segundo Lopes, essas mudanças vão agilizar e organizar o processo de titulação. “Com a adoção destes níveis de separação criamos condição para que processos de áreas até 1 módulo andem em uma via expressa. A iniciativa acelera a entrega dos títulos e garante a estes agricultores familiares condição de ter acesso ao crédito e a assistência técnica”, frisa ao lembrar que cerca de 60% dos processos que estão tramitando dentro do Terra Legal são de propriedades de até um módulo fiscal.

Gestão Estratégica

Durante o primeiro semestre deste ano, o Programa Terra Legal passou por um conjunto de mudanças e por um profundo processo de planejamento estratégico e organizacional, com o início da implementação de ferramenta para o acompanhamento das metas e o andamento do programa em suas várias etapas e estados. A iniciativa visa dar maior transparência para as metas e resultados de cada escritório do programa.

Para Lopes, essa iniciativa vai ajudar a todos os integrantes do Terra Legal e os parceiros do programa a acompanharem dia a dia o andamento dos trabalhos de regularização fundiária na Amazônia Legal. “Temos agora a oportunidade de acompanhar no detalhe o avanço do Terra Legal. Tenho a certeza de que essa iniciativa está em total sintonia com a Lei de Acesso à Informações que o governo federal acabou de adotar”, diz ao assegurar que a direção do programa busca dar total transparência sobre o andamento dos trabalhos.

A implantação das ferramentas de Gestão à Vista teve início logo após o Seminário de Planejamento - que reuniu em Brasília, entre os dias 27 e 29 de junho, coordenadores estaduais e chefes de divisão dos escritórios do programa - e a expectativa é que esteja concluída em todos os 11 escritórios estaduais, até o final de agosto. Nos meses de setembro e outubro a ferramenta vai passar por ajustes. A avaliação da efetividade acontece em outubro.

Programa Terra Legal Amazônia

Criado em 2009 e coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Programa Terra Legal Amazônia tem como meta resolver os problemas de regularização fundiária na Amazônia Legal. Seu objetivo é a regulamentação de terrenos ocupados por posseiros em terras públicas federais chamadas de “não destinadas”. Incluem-se nessa classificação aquelas que não sejam consideradas reservas indígenas, unidades de conservação, marinha, locais reservados à administração militar e florestas públicas.

As propriedades de agricultura familiar e comunidades locais têm prioridade no atendimento do Terra Legal, e com o título definitivo da terra, os produtores têm diversos benefícios como o acesso ao crédito por meio do Pronaf e assistência técnica.

Ao receber o título de posse do terreno, o dono se compromete a cumprir os requisitos legais como a manutenção da área de preservação permanente ou a reflorestar a área desmatada.

Reforma agrária agoniza. Desempenho vergonhoso do governo Dilma – Site do MST (IHU). 30/07/2012

O primeiro ano do mandato de Dilma Rousseff inscreveu em sua biografia uma marca: o pior desempenho desde a Era FHC na execução da Reforma Agrária. Dados oficiais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, revelam que a presidenta em 2011 registrou a pior marca dos últimos dezessete anos no assentamento de famílias sem terra. Os números de 2011 são vergonhosos. Apenas 21,9 mil famílias de sem-terra foram assentadas no 1º ano do governo Dilma.

Comparando os números relativos ao primeiro ano dos mandatos desde 2003, têm-se o seguinte quadro: FHC – 43 mil famílias em 1995; Lula – 36 mil famílias em 2003 e Dilma – 22 mil famílias em 2011. Os dados são do Incra em levantamento organizado por Paulo Kliass.

Caso sejam analisados os dados de todo o período, percebe-se que o primeiro mandato de Lula foi mais efetivo em termos de reforma agrária. A média de assentamentos de famílias por ano obedeceu ao seguinte quadro: FHC 1 (1995-1998) – 72 mil/ano; FHC 2 (1999-2002) – 63 mil/ano; Lula 1 (2003-2006) – 95mil/ano; Lula 2 (2007-2010) – 58 mil/ano.

Isso significa que, caso Dilma pretenda manter a média do primeiro mandato de Lula, ela terá de assentar uma média de 120 mil famílias nos próximos 2,5 anos que lhe restam. Mas a maioria dos analistas do setor considera muito difícil atingir tal meta, uma vez que o próprio MDA trabalha com a hipótese de assentar apenas 35 mil famílias até o final desse ano de 2012. Destaque-se que segundo o Incra existem cerca de 180 mil famílias esperando um lote.

Para agravar ainda mais o quadro, o orçamento para a execução da Reforma Agrária foi reduzido. Para se ter uma ideia, até agosto de 2011 Dilma tinha gasto R\$ 60,3 milhões para desapropriar novas áreas e transformá-las em assentamentos de trabalhadores rurais sem-terra. No auge do investimento em reforma agrária, em 2005, o governo Lula gastou mais R\$ de 800 milhões no mesmo período. Para 2012, o quadro pouco mudou, o orçamento continuou em baixa.

O travamento da Reforma Agrária deve-se ainda ao estilo Dilma. Segundo o ex-presidente do Incra, Celso Lacerda, a presidente Dilma Rousseff rejeitou cerca de 90 processos de desapropriação de áreas em 2011. Segundo Lacerda “Dilma é uma administradora muito minuciosa”, para em seguida e com polidez afirmar: “Ela não deu decreto não foi porque ela não dá importância à reforma agrária, é porque ela quer de fato um processo qualificado”. Dentre as exigências de Dilma para as áreas, diz o ex-presidente do Incra, a presidente orientou que sejam “de qualidade, bem localizadas, e que sirvam ao combate da pobreza rural”.

Incra travou. Disputas e burocratização

Parte da paralisia da Reforma Agrária pode ser tributada ao Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA e ao seu braço executivo da Reforma Agrária, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra. O Incra está travado. Disputas internas, greves, cortes no orçamento e burocratização tornaram o órgão inoperante. Desde o começo do governo Dilma, as coisas começaram mal. A nomeação do superintendente se deu tardiamente, três meses após o início da gestão de Dilma Rousseff e num contexto de disputa, assim como a nomeação dos superintendentes regionais.

Após sete meses de governo, muitos diretores regionais não haviam ainda sido nomeados. João Paulo Rodrigues, membro da coordenação nacional do MST, mandou um recado à presidente em seu Twitter: "Dilma, estamos em junho e até agora os diretores do Incra não foram nomeados, ou seja: a reforma está parada. Poderia nos informar o que se passa?". Perguntava ele: "Tem algum cargo importante no Banco Central que continua vago após seis meses da posse do novo governo? Algum cargo-chave na Petrobrás? Na Itaipu?".

A nomeação do superintendente nacional também não foi bem assimilada por setores do governo. O escolhido foi Celso Lisboa de Lacerda que recebeu o apoio do MST. O cargo, entretanto, era reivindicado pelo agrupamento Democracia Socialista (DS), corrente interna do PT. A DS, desde a época do governo Lula, indica o ministro do Desenvolvimento Agrário e esperava também indicar o presidente do Incra – órgão que reúne um número maior de cargos comissionados.

Na oportunidade, a DS indicou Afonso Florence, deputado federal pelo PT baiano para o ministério que foi substituído posteriormente por outro nome indicado pela DS, o deputado federal Pepe Vargas do PT gaúcho. A substituição de ministro ao que tudo indica se deu pelo desgaste enfrentado por Florence em função dos resultados pífios da Reforma Agrária no primeiro ano do mandato de Dilma.

Celso Lacerda nomeado à revelia da DS e contra a vontade do antigo ministro, desde o início enfrentou dificuldades internas no Incra. Por um lado viu-se diante dos corporativismos e, por outro, não conseguiu tornar o órgão mais ágil e “adaptado” às exigências de Dilma que cobrava por um Incra mais técnico. A ausência de resultados e as disputas internas derrubaram o superintendente e para o seu lugar foi nomeado Carlos Guedes de Guedes, alinhado à DS.

O MST não gostou da mudança. "Essa mudança não tem explicação. Não ajuda, não fortalece o Incra, não acelera o processo de reforma agrária. Pela primeira vez, o Incra vai ter um presidente da DS. A substituição pegou todos de surpresa", disse o deputado Valmir Assunção (PT/BA), ligado ao MST.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag também não gostou da mudança. O secretário de Política Agrária da entidade, Willian Clementino, disse que o governo não consultou os movimentos sociais sobre a mudança e que a troca de nomes não deve acelerar o processo de assentamento. "A política de reforma agrária está praticamente parada. O governo não dá a importância que a área merece", disse.

Por outro lado, a DS elogiou a escolha e aproveitou para dar uma estocada no MST. Guilherme Cassel, do MDA, que integra a DS e do mesmo grupo político de Pepe Vargas e do novo nomeado para o Incra afirmou: "É um quadro raro, muito inteligente e inventivo. O problema é que a reforma agrária se desconectou da agenda do desenvolvimento pois avançou muito na última década. Os movimentos sociais não conseguiram reciclar seu discurso, insistem em uma agenda de conflito. Quando eu era ministro o presidente do Incra era de outro grupo e isso não influenciou em nada no trabalho", disse.

Envolto em disputas, pouco prestigiado por Dilma, com redução de orçamento e enfrentando greve interna, o Incra travou e junto com ele a Reforma Agrária.

O "silêncio" do MST

No contexto da paralisia da Reforma Agrária e dos resultados vergonhosos na quantidade de famílias assentadas até o momento pelo governo Dilma, chama atenção o "silêncio" do MST. Silêncio que ganha amplitude quando se vê a generosidade do governo para com o "outro lado" - o agronegócio.

O MST tem protestado, porém, a indignação não tem se manifestado em ações mais contundentes. Em recente artigo, João Pedro Stédile afirma: "entra governo, sai governo, e a luta pela reforma agrária continua sempre igual. Durante os governos Lula e Dilma, os movimentos sociais achavam que a reforma agrária, enquanto programa de governo poderia avançar. Mas infelizmente seguiu a mesma lógica. Só anda, nas regiões e locais aonde houver maior pressão social".

No seu diagnóstico acerca da inoperância da Reforma Agrária destaca entre outras razões a "pequenês" do governo Dilma. Diz ele: "O Governo Dilma continua refém, de suas alianças conservadoras. Continuam refém da falta de debate sobre projeto para o país. Continua refém de desvios tecnocráticos, como se assentamento de sem-terra fosse apenas problema de orçamento público. Continua refém de sua pequenês".

O fato, entretanto, é que o MST de longe tem sido duro com o governo Dilma no que diz respeito a ações coletivas. O Abril Vermelho não realizou ações de grande contundência em Brasília, apenas uma breve ocupação do Incra. Em outras épocas, principalmente nos anos de governo FHC, o MST já estaria na "jugular" do governo. Entre a indignação verbal e pública do Movimento e a pressão real vê-se uma razoável distância.

Conjuntamente os setores que mais botam pressão no governo Dilma nesses últimos tempos têm sido o dos servidores públicos. Registre-se que a reação do governo no caso tem sido considerada por muitos como similar apenas à época da ditadura. Até a moderada CUT em nota protestou contra aquilo que chamou de "inflexão governamental" no tratamento com os servidores.

Dilma não aposta na Reforma Agrária

A paralisia, entretanto, na Reforma Agrária não deve ser tributada apenas ao Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), ao seu braço executivo, o Incra, e a falta de uma

pressão maior do MST. Deve-se também e, sobretudo, a concepção de Reforma Agrária de Dilma Rousseff.

O foco de Dilma é economia, emprego e desenvolvimento e o campo nessa equação entra como uma base exportadora. Guilherme Costa Delgado, do Ipea diz que o governo fez a "opção estratégica" pelo modelo de agronegócio, que envolve grandes propriedades e monocultura: "O agronegócio seria um jeito de inserir a economia brasileira na economia mundial, por meio da provisão de commodities, como a salvação das contas externas." Nesse contexto, a presidente não acredita na Reforma Agrária como um mecanismo efetivo de desenvolvimento nacional, o quanto muito vincula a Reforma Agrária ao programa de erradicação da miséria.

O pouco apetite demonstrado pelo governo com a Reforma Agrária contrasta com o entusiasmo e a generosidade do Estado brasileiro para com o agronegócio. Dilma vê o campo como uma plataforma exportadora. Análise da Comissão Pastoral da Terra – CPT mostra que o governo não mediu esforços para atender os interesses do agronegócio. A CPT cita um exemplo: Em maio de 2011, a presidenta Dilma assinou de uma única vez, decreto de desapropriação de quase 14 mil hectares na Chapada do Apodí/RN, para implantação do Projeto de irrigação que beneficiará meia dúzia de empresas do agronegócio. Ao mesmo tempo, também no RN, foram desapropriados cerca de 8 mil hectares na região de Assú, para a Zona de Processamento de Exportação (ZPEs). Enquanto isso no Estado há cerca de 4 mil famílias acampadas.

A CPT lembra ainda que a dureza do governo não é apenas com os sem-terra, mas estende-se aos povos indígenas e quilombolas. Como destacado anteriormente nessa análise, o governo não se sensibiliza com a situação dos povos indígenas de Mato Grosso do Sul, em especial os Kaiowá e Guarani, que vivem em conflito com fazendeiros e usineiros da região. Nenhuma ação contundente foi feita para homologação das terras no estado até agora. No caso das populações quilombolas, diz a CPT, fora a desapropriação do território da comunidade de Brejo dos Crioulos, em Minas Gerais, poucos foram os resultados conseguidos frente às reivindicações das 3,5 mil comunidades quilombolas existentes no Brasil. De todas, apenas 6% tem a titulação de suas terras.

Em contrapartida à política de migalhas aos sem-terra, indígenas e quilombolas, o agronegócio é constantemente agraciado com generosos subsídios como se vê, entre outros, no financiamento para produção de etanol. Por outro lado, o mesmo agronegócio comanda o desmonte do Código Florestal para atender aos seus interesses agroexportadores.

A CPT destaca ainda o andamento dos grandes projetos – obras impactantes como a Transposição do Rio São Francisco, Transnordestina, projetos de mineração, construções de BR's, obras da Copa, Porto de Suape, a construção da Hidrelétrica de Belo Monte e das usinas no Rio Madeira, barragens, além de outros mega-projetos – que avançam sobre áreas de biodiversidade, agrícolas, ribeirinhas e, além de atingirem em grande parte as comunidades tradicionais, promovem conflitos e violência.

A análise da Conjuntura da Semana é uma (re)leitura das Notícias do Dia publicadas diariamente no sítio do IHU. A análise é elaborada, em fina sintonia com o Instituto Humanitas Unisinos – IHU, pelos colegas do Centro de Pesquisa e Apoio aos

MDA e CDN simplificam processo de titulação de terra em faixa de fronteira – Site do MDA. 30/07/2012

O Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Conselho de Defesa Nacional (CDN) simplificaram o processo de titulação de imóveis rurais e urbanos situados em faixa de fronteira – área de 150 km paralela à linha divisória do território nacional. A portaria 52 de 2012, publicada na última quinta-feira, 26, acelera o processo de titulação do programa Terra Legal Amazônia, programa de regularização de terras não destinadas na Amazônia.

Para o secretário extraordinário de Regularização Fundiária na Amazônia Legal, Sérgio Lopes, a simplificação chega em boa hora. “Estamos ampliando o trabalho de entrega de títulos rurais e urbanos pelo Terra Legal e agora é possível dinamizar a regularização fundiária nas glebas federais dentro da faixa de fronteira”, destacou.

Com a mudança, o processo de autorização do CDN é simplificado, sendo possível, inclusive, o consentimento de glebas inteiras. Antes, a permissão do conselho era dada processo a processo, o que exigia o trâmite de um grande volume de documentos em Brasília. Com as alterações, o CDN pode autorizar o repasse de áreas da União a agricultores e municípios, de forma totalmente digitalizada, com consulta aos dados disponibilizados pelo Terra Legal.

O coordenador do Terra Legal no Acre, Antônio Branã, acredita que agora o programa tem a condição de avançar ainda mais no estado. “A portaria acelera o procedimento de emissão do título, ao eliminar a necessidade de fazer cópias individuais de cada processo. Agora só precisamos enviar ao Conselho de Defesa Nacional a relação dos ocupantes e o georreferenciamento da gleba”, frisou Branã. O coordenador salientou que, no Acre, grande parte das áreas onde o programa está atuando se encontram dentro da faixa de fronteira.

Em Rondônia – estado onde o programa Terra Legal mais emitiu títulos – já estão em curso os preparativos para uma grande ação de emissão de títulos em glebas dentro da faixa de fronteira, na região BR-429 – fronteira do Brasil com a Bolívia. O chefe de divisão no estado, Francisco Salles, afirma que a expectativa é emitir títulos para mais de 1,5 mil famílias. “Com a mudança e simplificação no procedimento, vamos preparar uma grande força-tarefa nos municípios de Presidente Médici, Alvorada do Oeste, São Miguel do Guaporé, Seringueiras, São Francisco do Guaporé e Costa Marques, na fronteira com a Bolívia”, revelou.

Programa Terra Legal Amazônia

Criado em 2009 e coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Programa Terra Legal Amazônia tem como objetivo regularizar áreas e imóveis localizados em terras públicas federais não destinadas na Amazônia Legal. Incluem-se

nessa classificação aquelas que não sejam consideradas reservas indígenas, unidades de conservação, marinha, locais reservados à administração militar e florestas públicas.

Produtores da agricultura familiar e comunidades locais têm prioridade no atendimento do Terra Legal. Os benefícios do programa são diversos, com destaque para a redução do desmatamento e o aumento da produtividade dos agricultores familiares. Ao receber o título de posse do terreno, o dono se compromete a cumprir os requisitos legais, como a manutenção da área de preservação permanente ou a reflorestar a área desmatada.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,
Georges Flexor, Jorge Romano, Lauro Mattei,
Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal,
Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Karina Kato,
Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura**

CPDA Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa